



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



KLEANDRA DE ANDRADE OLIVEIRA

**A EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DOS GASTOS E INVESTIMENTOS
REALIZADOS PELA EMPRESA COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS
AMBEV DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CFC Nº 1003/2004 - NO PERÍODO
DE 2006 A 2010.**

**SOUSA
2011**



Biblioteca Setorial do CDSA. Janeiro de 2023.

Sumé - PB

Kleandra de Andrade Oliveira

A EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DOS GASTOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS AMBEV DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CFC Nº 1003/2004 - NO PERÍODO DE 2006 A 2010.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, vinculada à linha de pesquisa da Contabilidade Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Cristiane Queiroz Reis.

**SOUSA
2011**

KLEANDRA DE ANDRADE OLIVEIRA

A EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DOS GASTOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS AMBEV DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CFC Nº 1003/2004 - NO PERÍODO DE 2006 A 2010.

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em _____ / _____ / 2011

BANCA EXAMINADORA

Profª. Esp. Cristiane Queiroz Reis – Orientadora.
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

SOUSA – PB _____ / _____ / 2011

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: A evidenciação ambiental dos gastos e investimentos realizados pela empresa Companhia de Bebidas das Américas Ambev de acordo com a Resolução CFC nº 1003/2004 – no período de 2006 a 2010, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 17 de novembro de 2011

KLEANDRA DE ANDRADE OLIVEIRA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Severino Ramos de Oliveira e Maria de Fátima de Andrade Oliveira, por sempre terem me incentivado, para concretização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao criador de tudo e de todos o Senhor Deus, pelo dom da vida, pela sua infinita bondade e misericórdia.

Aos meus pais e irmãos, que sempre acreditaram na minha capacidade e estiveram sempre comigo, ajudando-me a construir esse sonho. Esse mérito também é de vocês.

A minha orientadora Professora Cristiane, que com muito carinho, amizade e paciência, minha acompanhou no êxito desse trabalho.

A todos os professores, pelo apoio, incentivo, amizade e contribuição que tive ao longo do curso.

Aos membros da banca examinadora, pela contribuição que me deram para esse trabalho.

Aos meus amigos de sala, que caminhamos juntos na realizam deste sonho, a vocês desejo muito sucesso.

Em especial aos colegas Nayara, Kalina, Fabiana, Whallamys, Cleiton, Ed, Jo, que sempre estiveram ao meu lado nas horas difíceis, a vocês muito obrigado pela amizade.

A todos os funcionários do CCJS campus Sousa.

Obrigado por tudo!

"A Terra não é nossa para fazermos dela o que bem entendermos. A devastação da natureza é um pecado contra o Criador e suas criaturas. Nós, seres humanos, podemos apenas fazer uso da terra mas não podemos danificá-la, pois somos apenas inquilinos e Deus é o proprietário".

Autor Desconhecido

RESUMO

Na expectativa de uma nova concepção de vida, as empresas têm investidos em ferramentas que ajudam a preservar a natureza, entre elas, surge à contabilidade ambiental com propósito de evidenciar as ocorrências ambientais provocadas pelas empresas na produção de suas atividades desenvolvendo soluções e apresentando ações para o bom andamento econômico financeiro das empresas sem afetar o meio ambiente. Portanto, o presente trabalho desenvolveu-se com o objetivo de verificar os gastos e investimentos ambientais que foram divulgados pela AmBev no período de 2006 a 2010 de acordo com a Resolução do CFC Nº 1.003/2004, para atingi-lo foi utilizado como procedimentos metodológicos: os bibliográficos, documental, estudo de caso com uma abordagem qualitativa. Como resultado da análise das Demonstrações Contábeis Financeira, Notas Explicativas, Relatório Anual, Relatório da Administração, Relatório de Problemas Ambientais e Relatório de Sustentabilidade, pode-se concluir que a empresa não evidencia informações ambientais em seus demonstrativos financeiros obrigatório, dentre os documentos analisados. O Relatório de sustentabilidade foi o que mais apresentou informações de caráter ambiental e o ano de 2009 foi considerado o que mais ocorreram divulgações de informações ambientais por parte da empresa AmBev de acordo com a Resolução do CFC Nº 1.003/2004.

Palavras-Chaves: Contabilidade Ambiental, Investimentos ambientais, gastos ambientais.

ABSTRACT

In anticipation of a new conception of life, companies have invested in tools that help to preserve nature, among them appears the purpose of environmental accounting to highlight the environmental occurrences caused by enterprises in production of its activities by developing and presenting solutions to action the smooth progress of economic and financial firms without impacting the environment. Therefore, this work was developed with the objective of evaluating the environmental costs and investments disclosed by AmBev in the period 2006 to 2010 in accordance with Resolution CFC No. 1.003/2004, to achieve it has been used as instruments: the bibliographic documents, case study with a qualitative approach. As a result of the analysis of Financial Statements, Notes, Annual Report, Management Report, Report on Environmental Issues and Sustainability Report, we can conclude that the company is not evidence of environmental information on its financial statements required, among the documents reviewed. The Sustainability Report was presented the most information related to the environment and the year 2009 was considered that there were more environmental disclosures by the company AmBev in accordance with Resolution CFC No. 1.003/2004.

Key Words: Environmental Accounting, environmental investments, environmental spending.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMBEV: Companhia de Bebidas das Américas

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

BOVESPA: Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

RA: Relatório Anual

RS: Relatório de Sustentabilidade

RAD: Relatório da Administração

RPA: Relatório de Problemas Ambientais

NE: Notas Explicativas

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

ISO: *International Organization for Standardization*

A.C: Antes de Cristo

IBRACON: Instituto dos Auditores Independente do Brasil

NPC: Normas e Procedimentos de Contabilidade

ART: Artigo

ONU: Organização das Nações Unidas

CQNUMC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

GEE: Gases de Efeito Estufa

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Dos Recursos Naturais

NBC-T: Norma Brasileira de Contabilidade

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

SGA: Sistema de Gestão Ambiental

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004 no ano de 2006.....	46
Quadro 2	Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004 no ano de 2007.....	47
Quadro 3	Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004 no ano de 2008.....	49
Quadro 4	Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004 no ano de 2009.....	51
Quadro 5	Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004 no ano de 2010.....	53

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1	Evidenciação dos anos que mais apresentaram gastos e investimentos ambientais conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004.....	54
Gráfico 2	Evidenciação dos documentos que mais apresentaram gastos e investimentos ambientais identificados conforme a Resolução do CFC nº 1003/2004.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Delimitação do tema e problemática	14
1.2 Objetivos	15
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	15
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	15
1.3 Justificativa	15
1.4 Procedimentos metodológicos	17
1.4.1 <i>Classificação quanto à abordagem do problema</i>	18
1.4.2 <i>Classificação quanto aos procedimentos</i>	18
1.4.3 <i>Classificação quanto aos objetivos</i>	19
1.4.4 <i>Organização do trabalho</i>	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 Evolução histórica da questão ambiental	21
2.2 Contabilidade ambiental	23
2.2.1 <i>Aspecto introdutório</i>	23
2.2.2 <i>Investimentos e gastos ambientais</i>	25
2.3 Evidenciação contábil e ambiental	27
2.3.1 <i>Formas de evidenciação</i>	28
2.3.1.1 <i>Relatório de sustentabilidade</i>	29
2.3.1.2 <i>Relatório da administração</i>	31
2.3.1.3 <i>Notas explicativas</i>	32
2.3.1.4 <i>Relatório anual</i>	33
2.3.1.5 <i>Relatório de problemas ambientais</i>	33
2.4 Principais tratados internacionais das questões ambientais	34
2.5 Normas brasileiras de responsabilidade social e ambiental	37
2.5.1 <i>Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n° 1003/2004</i>	39
2.5.2 <i>Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)</i>	40
2.5.3 <i>Norma ISO 14000</i>	40
2.6 Sistema de gestão ambiental	42
3 ANÁLISE DOS RESULTADO ENCONTRADOS	45
3.1 Perfil da companhia de bebidas das Américas - AMBEV	45
3.1.1 <i>Análise dos resultados</i>	46
3.1.2 <i>Evidenciação dos gastos e Investimentos ambientais identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004</i>	46
3.1.3 <i>Investimentos ambientais identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004</i>	55
3.1.4 <i>Investimentos ambientais identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004</i>	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

A maioria das organizações que atuam no mundo se utiliza de recursos extraídos da natureza, visando angariar lucros, fato este que tem causado cada vez mais preocupação na sociedade, pois o uso desordenado destes recursos tem acarretado sérios problemas ao meio ambiente e a saúde das pessoas. Isso tem feito com que estas empresas tenham que se adaptarem as mudanças exigidas pela legislação, mercado e sociedade para poderem continuar no mercado, que apresenta atualmente um novo cenário competitivo e globalizado, exigindo das empresas uma postura empresarial a qual adotem conceitos como desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental que são essenciais para que a empresa tenha êxito esse seus negócios.

A presença do homem no planeta, desde o princípio, tem se caracterizado por ser um processo de intervenção no mundo natural com a permanente utilização dos recursos naturais existentes, para, em um primeiro momento se manter. No entanto, esta ação intervencionista, com o passar dos tempos, causou efeitos negativos de ordem não só quantitativa, mas, sobretudo, qualitativa, com ênfase após o surgimento das indústrias, que praticava produções em quantidades elevadas (HERBSTRITH 2008).

Abordar tais conceitos auxiliará as empresas a entender a sua responsabilidade e o seu papel como agente comprometido com a redução os impactos ambientais causados em todo o seu processo produtivo, até o descarte do seu produto final após o uso. Para que as ações se concretizem, as práticas devem estar integradas ao cotidiano das empresas, dos indivíduos nela inseridos e ainda na sociedade (KELLER *et. al.* 2009).

Deste modo, a preocupação com os danos à natureza, desencadeou maior consciência que vão além dos defensores natos, como os ambientalistas, se espalhando entre os povos do mundo, conseqüentemente as empresas viram-se obrigadas a realizar medidas de proteção e controle ambiental.

Portanto, a contabilidade, como uma ciência e em constante evolução criou uma nova especialização, a Contabilidade Ambiental, decorrente da preocupação com a as questões ambientais e sociais, para poder evidenciar os fatos e eventos, que possam afetar a natureza, ocasionada pela produção da atividade das empresas.

Para Guessser e Beuren (1998, p. 1):

O investimento na questão ambiental vem prevenir possíveis gastos adicionais, como perdas e multas com a degradação do meio ambiente, além de melhorar a qualidade de vida. Por conseguinte,

melhora a qualidade do produto, a imagem da empresa e até pode aumentar a produtividade e lucratividade.

Portanto, o cuidado com as questões ambientais através de investimentos voltados para o controle e prevenção da natureza realizada pelas organizações proporciona melhor condição de vida, como também melhoria do produto e destaque positivo da empresa, com conseqüências de mais lucro e mais produção.

Os impactos causados pelas empresas ao meio ambiente refletem no seu mercado de atuação e na imagem da organização perante a opinião pública. Diante disso, as companhias passaram a incorporar a questão ambiental nos seus relatórios, adotar sistemas de gestão ambiental e investir em procedimentos que reduzam os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente (ROVER *et. al.* 2008).

Nesse sentido, a identificação e mensuração das questões ambientais vêm a cada dia sendo incorporado e tornando quase que obrigação da classe empresarial, cuja intenção é de adaptação das exigências do mercado competitivo.

1.1 Delimitação do tema e a problemática

Para que as empresas se destaquem neste novo mercado tão competitivo elas têm a cada dia que conquistarem novos clientes interessados em comprar seu produto e realizar investimentos, para atender um novo público direcionado a comprar bens e serviços produzidos ambientalmente corretos.

Para que as empresas possam ser atraentes e vistas como responsáveis com controle e preservação do meio ambiente, necessário se faz que divulguem suas demonstrações contábeis dos investimentos, despesas, receitas e custos das questões ambientais promovidos pelas suas atividades fabris.

Com a modernidade das informações proporcionadas pela tecnologia, a divulgação dos fatos ocorridos nas organizações pode produzir efeitos rápidos de alcance nas pessoas, que precisam tomar decisões imediatas, e na contabilidade pode existir mecanismos que atenda essas precisões.

Como afirma Queiroz (2000 *apud* MACIEL *et. al.* 2009, p. 3) que, sendo a Contabilidade um excelente instrumento de identificação, registro, acumulação, análise e interpretação das operações empresariais, ela deve desencadear soluções para que as empresas, por meio do planejamento estratégico, venham a encontrar o melhor caminho a ser seguido em termos de implantação de políticas que visam ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, verifica-se que por meio da contabilidade as empresas podem incrementar situações viáveis através de planejamento, com intuito de descobrir caminhos para implantação de políticas com atendimento ao desenvolvimento sustentável.

Deste modo, tornar público as informações socioambiental das empresas são fatores de importância para usuários externos e internos, a fim de ter com precisão respostas de responsabilidade com o meio ambiente na qual está inserida. Evidenciar gastos e investimentos ambientais pode demonstrar a preocupação da empresa com o meio ambiente e transformar como um fator de diferencial para a concorrência, como também para a criação de uma imagem ambientalmente correta. Portanto, o presente estudo tem como indagação a seguinte pergunta: **Quais os gastos e investimentos ambientais que foram evidenciados pela empresa Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV, baseado nos dados de competência aos anos de 2006 a 2010?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 *Objetivo geral*

- ✓ Verificar se há evidenciação de gastos e investimentos ambientais divulgados pela Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV no período 2006 a 2010 de acordo com a Resolução do CFC nº 1.003/2004 nos relatórios.

1.2.2 *Objetivos específicos*

- » Identificar os gastos e investimentos ambientais publicados pela empresa;
- » Demonstrar a evolução da evidenciação ambiental dos gastos e investimentos ambientais no período de 2006 a 2010 da empresa pesquisada; e
- » Comparar a relação gasto e investimento ambiental da AMBEV no período de 2006 a 2010.

1.3 Justificativa

O processo de industrialização desenvolvido por muito tempo parece que não serviu como advertência para a humanidade que utilizou na indústria do desperdício, explorando de maneira irregular o solo, as águas e o ar, como também não tirou proveito dos subprodutos através da reciclagem e para dar destino certo dos rejeitos, o que pode provocar impacto social e econômico.

As empresas quase sempre com pensamento de lucro produzem, no entanto, observa-se que, ultimamente não se pode mais desagregar essa produção das questões da sustentabilidade. Os gestores precisam de aperfeiçoamento no novo modelo de equilíbrio e consciência das questões ambientais para não sofrerem prejuízos no futuro. E os empresários necessitam de se ajustar, forçosamente, à nova mentalidade global.

Neste contexto, a contabilidade também veio de encontro às questões que envolvem o meio ambiente a fim de registrar e evidenciar o que de fato as empresas estão tratando as causas ambientais de suas emissões e produções.

Como destaca Ferreira (2010, p. 9):

A implementação da Contabilidade Ambiental, como ponto de apoio neste cenário, se mostra fundamental, pois ela disponibiliza mecanismos que auxiliam empresas a tomarem decisões mais acertadas, por meio de um conjunto de ferramentas que relatam informações acerca dos termos econômicos, ações de uma entidade e, evidencia benefícios e prejuízos sofrido pelo meio ambiente a partir da produção de bens ou serviços.

Observa-se que, por meio da Contabilidade Ambiental torna-se possível o processo de decisão das empresas, já que ela oferece estrutura de auxílio através de um conjunto de demonstrações acessórias que descrevem sobre as questões ambientais promovidas pelas organizações.

Neste sentido, o efeito degradador da poluição pode provocar o aquecimento global com conseqüência devastadora na natureza aumentando o efeito estufa, daí a importância de se estudar as evidências ambientais apresentadas pela empresa objeto deste estudo, com intuito de expor todos os dados de investimentos e gastos com o propósito de melhorias e contribuição para com o meio ambiente.

Assim sendo, os gastos e investimentos são as despesas que podem ser de bens ou serviços com buscas de se produzir receitas, que podem ser realizada no presente, no futuro ou no passado.

Martins (2003, p. 24) define os custos ambientais da seguinte forma:

Gasto: Compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro);
Desembolso: pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço;
Investimento – Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s);
Custo: Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços;
Despesas: bem ou serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas; e,
Perda: bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.

Portanto, entender o que difere os custos ambientais como gasto e investimento é propósito que foi apresentado neste trabalho através de pesquisa da empresa Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV.

A empresa Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV para a produção de sua atividade utiliza-se de recursos naturais retirados da natureza e como consequência deposita dejetos no meio ambiente, considerada assim como uma atividade poluidora, o que se faz demonstrar através desta pesquisa o resultado dos registros e contabilização das questões ambientais no período de 2006 a 2010.

As empresas – sejam de pequeno, médio ou grande porte – que não incorporarem em sua estratégia de negócio práticas de sustentabilidade, que se eximirem de sua responsabilidade socioambiental, que se recusarem as parcerias com o poder público e não tiverem a consciência de que lhes cabe uma função que ultrapassa seus próprios muros corre o sério risco de serem banidas do planeta (LINS e ZYLBERSZTAJN 2010).

A justificativa para esse trabalho está no papel da contabilidade como fonte de informação para a tomada de decisão, dando suporte aos gestores da responsabilidade que lhe compete. Informações essa que transmite a sociedade em geral, além do interesse dos investidores, que observam os números quanto a passivos ambientais para poder aplicar recursos na empresa, sobretudo nas organizações que usam recursos naturais não renováveis.

Portanto, publicar as práticas ambientais, bem como sua evidenciação pode representar para a empresa ponto positivo diante da sociedade e da concorrência, haja vista que muitas pessoas estão aderindo a produtos ecologicamente correto, buscando aplicar recursos em empresas que tem comprometimento com as questões ambientais. Diante disso, é o que se propõe através deste estudo, verificar a evidenciação dos gastos e dos investimentos ambientais da empresa Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV – demonstrando se houve evolução no decorrer do período de 2006 a 2010.

1.4 Procedimentos metodológicos

Para Marconi e Lakatos (2007, p.157) “a pesquisa, “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Segundo Andrade (2003, p. 121) trata-se de um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.

Portanto, para realização deste estudo utilizou-se de técnicas e métodos científicos na obtenção dos resultados com referência ao assunto abordado.

1.4.1 Classificação quanto à abordagem do problema

Observando o problema de pesquisa abordado neste trabalho, prevalece a natureza qualitativa, que para Richardson (1999, p. 80) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Através desse procedimento se busca aprofundar nos questionamentos em que se está estudando. A abordagem de um problema qualitativo se direciona para maneira adequada para conhecimento da natureza de um fenômeno social. Nesse entendimento, se busca evidenciar neste estudo os fatos acontecidos na Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV, por meio dos seus relatórios, as evidências de caráter ambiental realizadas no período de 2006 a 2010.

1.4.2 Classificação quanto aos procedimentos

O procedimento para a realização desta pesquisas se deu através de pesquisa bibliográfica e documental e estudo de caso.

Bibliográfica por meio de livros, artigos, dissertações, monografias, pesquisa na internet sobre o tema “contabilidade ambiental e meio ambiente”, uma vez que, a empresa pesquisada utiliza-se de recursos naturais para a produção de sua atividade, ou seja, foi os meios empregados para se atingir a finalidade proposta. Cervo e Bervian (1983, p. 55) retratam a pesquisa bibliográfica como a que “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental.

Documental por tratar das análises de documentos emitidos pela empresa Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV como, relatório de sustentabilidade, relatório da administração, notas explicativas, problemas ambientais e relatório anua. Souza, Fialho e

Otani (2007, p.41) dizem que: “A pesquisa documental fundamenta-se na utilização de materiais impressos e divulgados que não receberam ainda tratamento analítico”.

É um Estudo de Caso, por reunir uma quantidade satisfatória de informações detalhadas com direcionamento em atingir a totalidade de um caso. Segundo Gil (1999, p. 73) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.”

Portanto, o presente trabalho reúne as informações da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV do período de 2006 a 2010, através de informações observadas nos relatórios da citada companhia.

1.4.3 Classificação quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos elencados nesta pesquisa, se determina como uma pesquisa do tipo exploratória, visto que se deu por meio de coleta de dados, o que se caracteriza como um campo que ainda não foi explorado.

Beuren (2004, p. 80) comenta que:

A caracterização do estudo com pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Este tipo de pesquisa existe quando não se sabe quase nada a respeito do tema. Através da pesquisa exploratória, se investiga com mais profundidade o tema, com intuito de clarear os assuntos de importância para o restante da pesquisa.

É também descritiva, por narrar os fatos, registrando-os, analisando-os, classificando-os e interpretando-os sem que o classificador interfira no seu resultado. Para Gil (1999 *apud* BEUREN 2004 p. 81) “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.”

Nesse entendimento, a apresentação de determinada organização evidenciando suas características além do uso de técnicas como a coleta de dados é determinante para classificá-la como uma pesquisa descritiva.

1.4.4 Organização do trabalho

A realização deste estudo está dividido em três capítulos, inicia-se com a elaboração do problema de pesquisa, do seu objeto e da escolha da metodologia a ser aplicada. Na primeira fase estão distribuídos da seguinte maneira: introdução, a delimitação do tema e a problemática, os objetivos gerais e específicos, justificativa e os procedimentos metodológicos.

Na etapa seguinte, ou seja, no segundo capítulo, está evidenciada, a fundamentação teórica, a partir da evolução histórica da questão ambiental, a contabilidade ambiental com os seus aspectos introdutórios, seguidos dos gastos e investimentos ambientais. Em seguida a evidenciação contábil e ambiental, através das formas de evidenciação como o relatório anual, o relatório de sustentabilidade, o relatório da administração, o relatório de problemas ambientais e das notas explicativas. Logo após tratou-se dos principais tratados internacionais das questões ambientais, com evidência para o Protocolo de Kioto. Logo depois se apresenta as normas brasileiras de responsabilidade social e ambiental, destacando a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003/2004, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a norma ISO 14000, e encerrando com o sistema de gestão ambiental.

No capítulo terceiro, destaca-se a análise dos resultados encontrados, apresentando ainda o perfil da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV, além da análise dos dados do ano de 2006 ao ano de 2010.

No quarto e último capítulos encontra-se disponibilizadas as considerações finais seguidas das referências bibliográficas para fundamentar o trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A evolução histórica da questão ambiental

A evolução histórica da questão ambiental se dá desde a conquista e domínio do fogo, em que o homem como um ser nômade vivia a procura de alimento através da pesca, caça e da colheita de vegetais e abrigo para si e para sua tribo, sempre nas condições de sobrevivência não afetando a natureza de maneira a produzir efeitos irreparáveis, como afirma Assis Filho (2007, p. 9):

Nos primórdios da humanidade, o homem pouco modificava a natureza, pois praticava a coleta, pesca, caça. O meio natural subordinava este homem, que era nômade, pois andava de um canto a outro à procura de alimento para sua subsistência. Nesta época, a humanidade ainda fazia parte da natureza. Neste mesmo período houve a descoberta e o domínio do fogo, favorecendo o aquecimento durante o solstício de inverno, contra o ataque de animais e preparação de alimentos.

Logo após, o homem empregou na agricultura a energia solar, como também o uso de animais domesticados. Abrigados em locais férteis começou-se a produzir através da energia solar e de se servir de animais para acionar máquinas rudimentares como também para o transporte e deslocamento. Em seguida, por volta de 3.000 anos a.C. surgiram os primeiros utensílios mais aprimorados, trabalho nas cidades, surgimento das corporações e oficinas que produziam o artesanato em alta escala, como retrata Assis Filho (2007, p. 9):

No período conhecido como Neolítico ou Idade da Pedra Polida que se iniciou entre 10000 a 4000 a.C., aconteceram mudanças intensas na vivência dos grupos humanos havendo desde o desenvolvimento dos processos da agricultura até a domesticação de animais, plantação de sementes, manejo da enxada, fabricação dos primeiros recipientes, tecendo cestas e dando forma aos primeiros vasos de barro.

Característica de emprego de recursos naturais, porém, não se notava que havia ainda uma disseminação de elementos da natureza de forma devastadora e inesgotável.

A próxima fase se dá pela era pré-industrial, iniciada nas primeiras décadas do século XVI, em que na oportunidade utilizava-se dos instrumentos dos artesãos para a produção de objetos. Logo mais, abandonando essa maneira rudimentar foi optando por máquinas movimentadas por elementos naturais, como a energia humana ou animal, mais tarde com a chegada da era industrial moderna, iniciada na metade do século XVIII que vai até o final do século XX, por meio da utilização em grande volume dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás) e posteriormente da eletricidade; produzindo quantidade enorme de resíduos

não recicláveis pelo ecossistema, traduzindo-se em ameaça de poluição e devastação para o meio ambiente.

Segundo Gonçalves (2009, p. 14):

A Revolução Industrial iniciada no século XVIII deixou o mundo pequeno. Os recursos naturais passaram a ser explorados de forma sistemática e ilimitada. O homem despreocupava-se com o que restaria às gerações posteriores. Uma série de desequilíbrios foram causados, pelo modelo de desenvolvimento neoliberal dinamizado pela Revolução Industrial.

Portanto, a partir da revolução industrial que teve suas origens na Inglaterra no início do ano de 1750, com a utilização dos naturais para uma produção em larga escala de suas atividades, foram observadas que a poluição e a degradação começaram a afetar o meio ambiente.

Como trata Gisi (2008, p. 7):

O modelo de produção e consumo, adotado pelo mundo ocidental a partir da Revolução Industrial, potencializado com o avanço tecnológico dos meios de produção e universalizado pela mídia na era da globalização, é a origem fundamental de problemas ambientais gravíssimos como o aquecimento global e a extinção da biodiversidade, entre outros.

Neste contexto, o mundo ocidental, através das empresas utiliza o avanço da tecnologia para produzirem em quantidades volumosas, propiciando os primeiros efeitos negativos de poluição e de degradação no meio ambiente a partir da Revolução Industrial.

Para Lacerda *et. al.* (2009, p. 6):

A sociedade está diante de um dos seus maiores desafios, as alterações climáticas preconizadas pela comunidade científica, e que dia-a-dia vêm se confirmando. A superação deste desafio dependerá de uma junção estratégica das agendas governamental, empresarial, da sociedade civil organizada e até mesmo de mudança de valores individuais.

Desta forma, a sociedade terá que descobrir soluções para controlar as elevações do clima, já que a todo o momento torna-se evidente as alterações climáticas.

Atualmente, com a globalização do capital as organizações, a cada dia, produzem mais para atender a demanda, produzindo a todo instante, modelos renovados e mais aperfeiçoados, com isso, retirando das fontes energéticas sua matéria prima e ao mesmo tempo lançando mais dejetos na natureza, ou seja, subprodutos que se não tiver um destino correto, afetarão mais ainda o complexo ambiental.

Diante disso, o desafio das empresas está relacionado à inter-relação harmoniosa entre seu processo produtivo e o meio no qual a empresa está inserida, e as conseqüências

provenientes de suas atividades que tenham provocado alterações negativas no meio ambiente (MUNIZ, 2008).

O desafio harmonioso pode ser alcançado pela contabilidade ambiental através da evidenciação e mensuração das ocorrências ambientais provocadas pela organização.

2.2 Contabilidade ambiental

2.2.1 Aspecto introdutório

A contabilidade como ciência social, torna-se peça importante para as organizações e a sociedade, através das demonstrações de suas atividades, servindo de orientação para os utilizadores internos e externos tomarem suas decisões, conforme trata Ludícibus (2000, p. 19), "o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários.

Com a utilização por parte das organizações dos recursos naturais, provocaram situações de degradação e poluição na natureza, um novo modelo de contabilidade surgiu com a capacidade de informar as ocorrências ambientais, provocadas pelas empresas. Diante da influência no patrimônio das organizações, as questões ambientais necessitam de um novo modelo que possa registrar os acontecimentos ocorridos na natureza, diante disso, surge a Contabilidade Ambiental, apresentando condições de registro das ocorrências de caráter ambiental que possam ter acontecidos ou venham acontecer.

Para Silva (2003, p. 81):

A contabilidade ambiental surge não tão somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas (interesse dos sócios e acionistas em não incorrer em prejuízos), mas também à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade: o meio ambiente.

Portanto, o aparecimento da contabilidade ambiental além de atender as necessidades das organizações para não incorrer em perdas, se apresenta também como para atender o apelo social através de demonstração financeira do grau de estrago em potencial da natureza produzido pelas organizações.

Antunes (2000, p. 6) acrescenta que:

[...] a Contabilidade Ambiental [...] tem por objetivo registrar e controlar toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Portanto, segundo o autor, o papel da contabilidade ambiental visa o registro e controle dos negócios da empresa, realizados ou a realizar, não importando sua importância, desde que se possa mensurar, e que se destine para a amenização ou extinção de danos ambientais, que sejam contabilizadas em contas específicas como dispõe os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Para Souza e Ribeiro (2004, p. 56)

Têm aumentado, consideravelmente, nos últimos anos, as discussões sobre qual a melhor forma para que as empresas conciliem seus processos produtivos com questões ambientais, existindo grande conscientização por parte das principais instituições, de que a preservação do meio ambiente é fator determinante para a continuidade e sobrevivência empresariais.

Assim sendo, encontrar o melhor caminho para acordar corretamente entre o que se produz e as questões ambientais dessa produção, os questionamentos das ocorrências ambientais tem-se realizado com frequência, aonde se percebe que as organizações principais tem se preocupado quanto à questão da preservação da natureza, para que a continuidade de suas atividades fabris seja garantia para o futuro.

Para Souza *et. al.* (2010, p.11) "A preocupação das empresas com o meio ambiente e a busca pela adaptação de seus processos em atendimento a estas questões, fizeram com que várias pesquisas, ao longo das últimas décadas, fossem realizadas". Elas culminaram em uma série de proposições sobre a utilização correta dos recursos naturais, a melhor forma de descarte, bem como o planejamento e a mensuração dos gastos, como forma de controle de custos e projeção da imagem empresarial.

Portanto, na adequação das atividades produtoras com o atendimento as ocorrências ambientais, diversas análises foram desempenhadas. Os resultados obtidos desencadearam diferentes hipóteses de como aproveitar os recursos da natureza, a melhor forma do reaproveitamento dos subprodutos e seu descarte, além do controle e registros dos gastos a fim de posicionar a organização em lugar de destaque.

Segundo Bergamini Jr. (2000, p.3 *apud* TINOCO e KRAEMER, 2004, p.63) a Contabilidade Ambiental tem como objetivo:

Registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que:

- a) os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; e
- b) o desempenho ambiental tenha a ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam.

Como se observa, a Contabilidade Ambiental tem como objetivo o anotar nos documentos contábeis por meio dos custos, ativos e passivos ambientais como regula os princípios contábeis, o comportamento da colocação econômica e financeira da atividade da organização derivado dos danos que ocasionam ou possam ocasionar na natureza, ou utiliza-se das práticas contábeis geralmente aceitas para o registro dessas ocorrências, estando clara a declaração das ocorrências ambientais para que os usuários tomem suas decisões precisas.

Comprova-se por meio deste contexto que a Contabilidade Ambiental tem por determinação de identificar, mensurar e explicar os acontecimentos e ajustes econômico-financeiros que evidencie relação com a proteção, preservação e recuperação ambiental (RIBEIRO 2005). Portanto, a Contabilidade Ambiental tem o papel de identificar, dar valor e expor os fatos e ajustes na economia e finanças da organização que confirme afinidade com a proteção e cuidado e reposição do ambiente degradado da natureza. Para alcance dos objetivos propostos apresentam-se os gastos e investimentos ambientais.

2.2.2 Investimentos e gastos ambientais

As questões ambientais provocadas pelas organizações derivam de recursos, o que se faz necessário uma verificação do que se pode considerar como um gasto ou investimento ambiental. "Os gastos ambientais contribuem para a formação, manutenção, recuperação ou degradação da reputação de uma empresa, dependendo de sua essência e finalidade (PAIVA 2003, p. 32)." Como se vê, depende de sua particularidade e do alvo, para se estabelecer o grau de classificação dos gastos ambientais, em que na oportunidade pode colaborar para o desenvolvimento, mantimento, recuperação ou deterioração da reputação da organização.

Também pode-se considerar os gastos com pesquisas ambientais, que visam o melhoramento a médio e longo prazo das ações feitas pela organização (FREITAS e STRASSBURG, 2007). Assim sendo, os recursos destinados as investigações ambientais, que traduzam em benfeitorias a médio e longo prazo realizado através da empresa se pode afirmar com gasto ambiental.

Para Santos *et. al.* (2006, p. 4)

Há também outros tipos de gastos como, por exemplo, quando a corporação é autuada por danos ambientais, sendo caracterizado como perda, gerando assim novos passivos. Os gastos podem ser destinados à prevenção ou remediação dos impactos ambientais gerados pela corporação, sabendo-se que há outras formas de gastos ambientais, mas se não houver uma análise minuciosa, não serão percebidos como gastos ambientais.

Uma diversidade de gastos se pode apontar, segundo os autores, se torna gasto ambiental quando a empresa é processada por prejuízo ambiental, o que se classifica como perda. A aplicação de recursos para prevenir ou para minimização dos impactos no meio ambiente provocado pela empresa se pode tratar como gasto, ainda se tem conhecimento de outros gastos ambientais, mas, precisa-se de uma investigação bem profunda, pois, se pode passar como outros tipos de gasto.

A procura da solução das ocorrências ambientais que as organizações provocam ao meio ambiente, com a tentativa de solucionar, amenizar ou controlar, deixou de se pensar como um custo para a organização, mas sim, em investimento com a elaboração de projetos que visam à prevenção, recuperação, controle e diminuição dos efeitos degradadores e poluidores que afetam o meio ambiente.

Ferreira (2003 *apud* Rover *et. al.* 2008, p. 6) destaca que “a formação de investimento em meio ambiente está relacionada à decisão da empresa de desenvolver um projeto para prevenir, recuperar ou reciclar. Esses investimentos podem ser exemplificados como o desenvolvimento de uma tecnologia mais limpa e/ou os gastos necessários para uma máquina ou equipamento para redução de poluição entrar em operação.

Como se pode observar, os investimentos ambientais se desenvolvem pela aplicação de recurso da empresa, em realizar projeto de prevenção, recuperação ou reciclagem, onde se pode citar, o desenvolvimento tecnológico de produção limpa, como também, aplicação de recursos na aquisição de equipamentos que minimizem a poluição da atividade fabril da empresa.

Portanto, as diferenças entre gasto e investimento ambiental se dão pela sua classificação, enquanto os gastos são direcionados para a manutenção, pesquisas que visam o melhoramento a médio e longo prazo, danos ambientais, os investimentos se definem como aplicação de recursos no desenvolvimento de processos que contribuam para uma produção limpa, pela prevenção, recuperação ou minimização dos efeitos de degradação e poluição no meio ambiente.

2.3 Evidenciação contábil e ambiental

O crescimento da consciência ambiental nos últimos anos parece ter refletido por meio de pressão na sociedade sobre as empresas, atrelado a necessidade de um desenvolvimento econômico sustentável. Neste entendimento, as organizações podem estar direcionando recursos para aplicação em equipamentos, estudos, com a finalidade de produzir bens ou serviços ambientalmente corretos, já que se observa que a não adesão por parte da empresa ao novo modelo exigido no comércio pode apresentar prejuízo.

De acordo com Almeida Júnior e Gomes (2010, p. 2) “As medidas reguladoras foram recebidas por tais representantes como uma restrição de sua liberdade em geral. A legislação foi avaliada em seus impactos nas atividades empresariais e em suas consequências financeiras.”

Como se observa, com o agravamento dos problemas ambientais, as imposições das leis não foram bem aceitas pelos gestores das empresas, em que na oportunidade a aplicação da legislação provocou efeitos e consequências.

Para Souza (2010, p. 2):

Alguns organismos internacionais ligados à área contábil tais como o Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR/UNCTAD), têm dedicado atenção às informações contábeis relativas ao disclosure ambiental. Da mesma forma, nos Estados Unidos da América e no Brasil, diversos organismos têm emitido normativas relacionadas ao registro contábil e à publicação de informes ambientais. Tais normativas estão relacionadas tanto com a identificação quanto a evidenciação das informações de natureza ambiental nos relatórios anuais das companhias.

Como se constata na área da contabilidade, órgãos internacionais têm realizado informações de caráter ambiental, o que é verificado também em outros países além do Brasil, onde organismos têm se manifestado por meio de normas quanto ao registro e evidenciação de ocorrências ambientais.

Ribeiro (2006, p.127) diz que: “Uma das formas sugeridas para a evidenciação de informações ambientais, é o padrão de relatórios contábeis já utilizados pelas empresas”.

Portanto, através da publicação de relatórios se pode observar se a empresa atua de maneira correta em vigência com as normas ajudando para o desenvolvimento sustentável, ou está acarretando prejuízos de degradação e poluição na natureza.

Para Ferigolo e Possati Júnior (2007, p. 5):

Balanço Social, contemplando o Balanço ambiental, Relatório da Administração e Notas Explicativas são ferramentas importantes para destacar qual a conduta de uma empresa: se está cumprindo as normas vigentes e colaborando para o desenvolvimento sustentável ou está negligenciando a legislação e impactando o ambiente.

Componentes que complementam o Balanço Social, tais como, o Balanço ambiental, o relatório da administração e notas explicativas são suportes respeitáveis que visam apresentar o comportamento da organização, apresentando as ações para com a legislação e no atendimento de um desenvolvimento sustentável, também podem apresentar se a organização apresenta os passivos como, multa, indenizações pelo descumprimento das normas dos impactos causados ao meio ambiente.

2.3.1 Formas de evidenciação

Um dos meios das pessoas adquirirem recursos deriva de investimentos através de compras de títulos das empresas, no entanto, saber o comportamento das organizações é uma condição do investidor poder atacar ou não a aplicação de recursos nessa entidade. Assim sendo, realizar as demonstrações financeiras com intuito de fornecer informações da posição patrimonial e financeira da organização é de grande utilidade para os tomadores de decisão poderem se posicionar e tomar uma decisão precisa.

Segundo o (IBRACON 2008), através das Normas e Procedimentos de Contabilidade nº. 27 (NPC nº. 27):

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Conforme exposto pela NPC nº 27, nas demonstrações contábeis são expostas por meio de valores o posicionamento do patrimônio e do financeiro da empresa em determinada data, como também dos acordos desempenhados por uma organização no final de um período concluído. Tendo como objetivo a informação do posicionamento patrimonial e financeiro para os usuários internos e externos nas decisões a serem tomadas, além de demonstrarem os frutos da gestão, pelos administradores, dos recursos no qual estão à disposição dos mesmos.

Devido haver ocorrências de caráter ambiental nas organizações, a contabilidade se apresenta com finalidades de apresentar os registros dos fatos provocados no meio ambiente, da utilização dos recursos naturais e da exportação de dejetos degradantes e poluentes na natureza das atividades fabris da produção das empresas.

Para Rover *et. al.* (2007, p. 3):

Apesar da evidenciação de informações ambientais, também conhecida como “green reporting”, diferir do escopo tradicional da Contabilidade focado nas informações de natureza econômico-financeira (Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Fluxo de Caixa, etc.), sua divulgação pode ser considerada relevante na medida em que eventos ambientais podem impactar também na saúde financeira de uma empresa (como por exemplo, multas e passivos ambientais, investimentos, etc.).

Portanto, embora haja diferença entre a evidenciação de informações ambientais da contabilidade habitual, já que o direcionamento se dá para as informações de caráter econômico-financeira, realizar a publicação das ocorrências ambientais pode proporcionar situação de perda para a organização, que poderá arcar com recursos para pagamento de multas, gastos, investimentos, etc.

Para Ribeiro (2005, p. 3) no tocante ao papel das demonstrações financeiras das informações à sociedade:

“[...] as demonstrações contábeis representam o principal canal de comunicação entre a sociedade e a empresa que presta contas à comunidade, sobre sua conduta e estado patrimonial”. Assim sendo, a contabilidade tem a função de tornar claro o movimento dos recursos aplicados pela empresa, além de comunicar e noticiar aos usuários, as práticas adotadas sobre a gestão ambiental, que são expostas através de ativos, passivos, custos, despesas e receitas.

Nesse entendimento, as demonstrações contábeis é o elo entre a sociedade e a organização na apresentação dos resultados do comportamento e da situação patrimonial da entidade. Portanto, percebe-se que a contabilidade tem a finalidade de apresentar a movimentação financeira aplicada pela organização de maneira clara, como também de avisar e informar aos usuários, os procedimentos utilizados na gestão ambiental, sendo demonstrados nos elementos ativos, passivos, custos, despesas e receitas.

2.3.1.1 Relatório de sustentabilidade

Com a visão de que um novo consumidor está surgindo, ou seja, consumidor de produtos ambientalmente corretos, como também acionistas e investidores que necessitam de informações do passado e as metas para o futuro da empresa para

que possam investir comprar, emprestar dinheiro, a organização necessita informar suas ocorrências de natureza ambiental, o que se pode representar por meio do Relatório de Sustentabilidade.

A elaboração de um relatório de sustentabilidade se deve pela apresentação dos resultados alcançados e a alcançar no combate e controle das ações de responsabilidade social e ambiental para a sociedade, utilizando-se de mecanismos com vistas ao desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais, incluindo informações tanto positivas como negativas.

Para Rover *et. al.* (2008, p. 8) “assim como o Balanço Social, o Relatório de Sustentabilidade é um documento elaborado voluntariamente pela empresa, em que demonstra sua relação com a comunidade e com o meio ambiente”. Portanto, o relatório de sustentabilidade como o Balanço Social compreende-se como documentos desenvolvidos de maneira espontânea pela organização, visando apresentar o relacionamento com população e com a natureza.

Segundo Borges *et. al.* (2010, p. 12)

O Relatório de Sustentabilidade é o melhor meio para informar acionistas, investidores, especuladores e até mesmo aqueles que desejam obter informações mais detalhadas no que tange ao passado da organização assim como os planos e metas futuras. Como se observa, é o melhor caminho de noticiar aos acionistas, investidores, especuladores, como também para informar às pessoas que necessitam de informes mais minuciosos do passado da organização, além dos planos e metas para o futuro.

Portanto, o Relatório de Sustentabilidade trata-se de um documento que visa apresentar da melhor forma possível, aos usuários internos e externos de informações minuciosas das ocorrências passadas e os planos futuros da organização. Assim sendo, se apresenta como um dos principais caminhos para que acionistas, investidores, especuladores e até mesmo as pessoas que pretendam saber da posição detalhada do passado da organização, como também dos propósitos e metas para o futuro.

Portanto, o relatório de sustentabilidade comporta-se de elementos de suporte para os usuários que pretendam saber e situar-se do comportamento da organização em relação as questões ambientais que são desenvolvidas pelas mesmas.

2.3.1.2 Relatório da administração

O Relatório da Administração é componente de divulgação obrigatório de acordo com o § 4º do art. 176 e inciso I do art. 133 da Lei nº 6.404/76. Através dele pode se observar as informações de caráter político direcionado ao meio ambiente pelas organizações.

Para Costa (2006, p. 13):

No relatório da administração, como algumas empresas já fazem, as empresas evidenciam as políticas voltadas ao meio ambiente referentes ao tempo passado, presente e futuro. Esse tipo de informação aliada a evidenciação destacada nos demonstrativos e seus esclarecimentos nas notas explicativas e quadros e/ou demonstrativos suplementares, formam um conjunto amplo e completo de informações básicas necessárias aos usuários interessados nesse tipo de informação.

Através do relatório da administração é possível verificar o passado, presente e do futuro, o que as organizações evidenciam de suas políticas direcionadas para a natureza, além das informações explícitas em outros documentos complementam os informes de necessidade fundamental para os usuários que necessitam dessas informações.

Para Iudicibus; Martins e Gelbcke (2006, p. 454):

O Relatório da Administração, por seu turno, representa um necessário e importante complemento as demonstrações contábeis publicadas por uma empresa, em termos de permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões.

Se posicionando de maneira clara com sua linguagem, o relatório da administração demonstra-se como importante contribuinte as demonstrações contábeis, com fins de fornecer elementos importantes para os usuários dessas informações.

O Relatório da Administração possui linguagem menos técnica e representa um necessário e importante complemento às demonstrações contábeis publicadas por uma empresa, em termos de permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões (FIECAFI, 2000, p. 398).

Para Dalmácio e Paulo (2004, p. 2) “apenas o Relatório da Administração e as Notas Explicativas permitem uma maior evidenciação da situação social, da política da empresa e a possibilidade de inclusão de alguns indicadores econômico-financeiros”.

Portanto, segundo os autores, são por meio do relatório da administração e das notas explicativas que são possíveis a revelação de forma mais abrangente das questões social

da política da organização com probabilidades de inserção de alguns índices econômico-financeiros.

2.3.1.3 Notas explicativas

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007 *apud* CUNHA, LIMONGI, PAIVA, 2010, p. 5) as Notas Explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis integrando as mesmas. Como se vê compreende as notas explicativas como noticiadoras de informações que completam as demonstrações contábeis, indo além para explicar certas contas ou operações por meio de descrição de práticas contábeis usada pelas organizações.

Como corrobora Parreira (2008, p. 18):

As notas explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis (contábeis), representando parte integrante destas, necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício, nos termos do § 4º do art. 176 da Lei nº 6.404/76. Podem ser expressas tanto na forma descritiva como na de quadros analíticos, ou mesmo englobando outras demonstrações que forem necessário ao melhor e mais completo esclarecimento dos demonstrativos contábeis.

Nesse entendimento, nas notas explicativas encontra-se o complemento de informações as demonstrações contábeis, baseadas nos termos do § 4º do art. 176 da Lei nº 6.404/76, podendo ser apresentadas de forma escrita como por meio de análises, podendo ainda englobar outras demonstrações com forma de melhor explicação dos demonstrativos contábeis.

Para Souza (2010, p. 5) "Nas notas explicativas estabelece a necessidade de explicações sobre os passivos ambientais contingentes, reconhecimento de danos ambientais e explicitação dos critérios utilizados para calcular as provisões ambientais." Assim sendo, é por meio das notas explicativas que se pode instituir o essencial de esclarecimentos sobre os passivos ambientais contingentes, terem certeza dos danos ambientais, como também da clareza dos critérios usados para computar as provisões ambientais.

O IBRACON (2006, p. 4):

Também recomenda a evidenciação ambiental em: nota explicativa que evidencie a sua real posição ambiental, informando a política ambiental adotada, valor dos investimentos em ativos fixos e diferidos ambientais e critérios de amortização/depreciações, despesas ambientais debitadas ao resultado do exercício, passivo contingente e cobertura, se houve, de seguros, [...]

Portanto, o IBRACON, há recomendações para a evidenciação ambiental, demonstrando a situação real ambiental em que se encontra a empresa, noticiando a política utilizada, o montante dos investimentos, diferidos e despesas ambientais debitadas ao resultado do exercício, passivo contingente e cobertura de seguros, caso tenha.

2.3.1.4 Relatório anual

Documento elaborado pelas organizações com finalidades de informação aos usuários externos, da gestão empresa, ou seja, através do relatório anual se pode observar todos os processos executados dentro e fora da organização, também pode dar informações de caráter socioambiental do envolvimento da empresa.

Para Pagliarussi e Gagno Junior (2010, p. 1):

Levantamentos realizados no exterior pelo Financial Executives Research Foundation apontam que o relatório anual é a fonte de informação usada com maior frequência e o conjunto de informações sobre a gestão da empresa é apontada como o mais importante elemento do relatório anual (SRI, 1987).

Como se vê através do relatório anual as informações da administração da empresa é considerado a parte mais importante do relatório, que ainda constitui-se de vasta informação importante e sua utilidade é aproveitada com mais assiduidade, segundo estudos apontados por órgão do exterior.

Os Relatórios Anuais bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas visam divulgar informações principalmente aos acionistas. No entanto, podem também divulgar informações sobre questões sociais e ambientais relacionadas com as atividades da empresa (ROVER *et. al.* 2008).

Portanto, através do relatório anual se pode verificar os resultados do desempenho da organização nas diversas áreas em que realizam suas produções, expondo também, informações das ocorrências ambientais provocadas pelas empresas.

2.3.1.5 Relatório de problemas ambientais

O relatório de problemas ambientais são documentos emitidos no site da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) através das informações anuais (IAN), visando apresentar as questões ambientais, tais como, as multas, indenizações, das ocorrências provocadas pela empresa. Os elementos atingidos que causam multas ou indenizações vão

desde a contaminação de funcionários até uma grande cadeia através dos efeitos que pode causar no meio ambiente, como, rios, plantações, animais, solo, o ar, etc.

Por meio do relatório de problemas ambientais se pode observar se houve investimento para minimizar, controlar ou extinguir as ações de degradação e poluição produzido pelas organizações, verifica-se também se a organização tem licenças ambientais para produção de suas atividades, além de verificação de certificação que tenha ou venha a obter, divulgação de possíveis penalidades, processos em razão de degradação ou poluição na natureza, ou seja, são evidenciados as questões que envolve o meio ambiente e a organização.

2.4 Principais tratados internacionais das questões ambientais

Os primeiros encontros marcantes sobre a temática ambiental ocorreram a partir dos anos 80 destacado pelo efeito estufa como um dos principais problemas na natureza.

Como retratam Trípoli *et. al.* (2008, p. 2)

O aquecimento global é uma realidade. Estudos científicos demonstram uma forte correlação entre o incremento da temperatura e o aumento vertiginoso da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, em especial de dióxido de carbono, verificado a partir do início da era industrial. "Esse tema constitui uma preocupação crescente da comunidade internacional desde a década de 1980."

Desencadeada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que diante de sua competência iniciou com a introdução de normas para o combate aos efeitos negativos de poluição nas empresas. Por meio da Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo no ano de 1972 sobre o Meio ambiente Humano, onde chamou atenção dos países para o fato de que o homem estava ocasionando séria degradação a natureza, com isso, aumentando o risco para o bem estar e da sobrevivência humana.

Para Calsing (2005, p. 36):

A Conferência merece destaque ainda por tratar, pela primeira vez, de forma diferenciada os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Não propõe regras menos rígidas ou distintas para estes; apenas confere tratamento paritário segundo as condições de cada um. Restou evidente, assim, que os países industrializados deveriam ter um controle mais rígido para garantir pelo menos níveis de poluição suportáveis.

Portanto, ocorreu a primeira vez por meio dessa conferência um tratamento igualitário entre todos os países, em que na oportunidade foram impostas regras severas diante das condições de cada país. Destacando um maior controle para as nações mais

industrializadas a fim de determinar mais rigidez com intuito de minimizar os níveis de poluição tornando-os toleráveis.

Outros encontros ocorreram na década de 80 como a Convenção de Viena para Proteção da camada de Ozônio em 1985 e do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio em 1987.

Como destaca a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (1997, p. 3):

Com o intuito de evitar o esgotamento da camada de ozônio, foram adotados dois acordos internacionais relativos à sua proteção. O primeiro acordo a ser adotado pela comunidade internacional foi a "Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio", assinada em 1985. Seu objetivo principal é a proteção da saúde humana e do meio ambiente contra os efeitos nocivos das alterações da camada de ozônio. O segundo grande acordo foi assinado em 1987 e intitulado "Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio". Trata-se de um documento complementar à Convenção de Viena, cujo objetivo principal é estabelecer etapas para a redução e proibição da manufatura e uso de substâncias degradadoras da camada de ozônio.

Já no Rio de Janeiro no ano de 1992 foi realizado o encontro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) durante a Rio-92, cuja finalidade era de firmar compromissos de estipulação de metas na redução de emissões de gases de efeito estufa.

Conforme cita Lima (2009, p. 5)

Já em 1992, cabe mencionar a importância da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou RIO-92 realizada no Rio de Janeiro, conhecida, a qual abordou as questões sobre a proteção da atmosfera; suprimento de água doce; recursos marinhos; controle dos solos; conservação de diversidade biológica; erradicação da pobreza e qualidade devida.

Assim sendo, um encontro de nações no Rio de Janeiro no ano de 1992, que ficou registrada como RIO-92, tratou dos assuntos da defesa da atmosfera, da quantidade de água doce que ainda dispõe o mundo, dos seres marinhos, do domínio dos solos, como da conservação da biodiversidade, além da eliminação da pobreza no mundo.

De acordo com Lima (2009, p. 5):

Dentre as principais conseqüências desse encontro, destaca-se a produção da Agenda 21 e a Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que oficializou a idéia de "desenvolvimento sustentável", o qual se apresenta como uma solução de compromisso entre a preservação dos padrões de vida já alcançados e a preservação dos recursos naturais. A RIO-92 também contemplou a assinatura de outros documentos importantes, como a Carta da Terra, a Declaração de Princípios sobre as

Florestas, a Convenção da Biodiversidade e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

O efeito do encontro na RIO-92 proporcionou as nações a produzirem a Agenda 21 e a Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde foi declarada oficial a idéia do desenvolvimento sustentável, em que na oportunidade trata-se do processo para solucionar os acordos de preservação dos padrões de vida já implantados e a conservação dos recursos extraídos da natureza, além do compromisso de assinaturas de documentos como, Carta da Terra, Declaração de Princípios sobre as Florestas, a Conservação da Biodiversidade e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Para Pires (2006, p.18):

Foi aberta a assinaturas, no dia 04 de junho de 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), regulamentada pelo Protocolo de Kyoto, com o objetivo de estabilizar, por meios de mecanismos específicos, a concentração de gases causadores do efeito estufa (GEE) na atmosfera terrestre, que estão a ameaçar, perigosamente, o sistema climático, causando danos irreparáveis à biodiversidade do planeta.

Tendo como objetivo principal da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de consolidar com a concentração de gases de efeito estufa e o conceito de desenvolvimento sustentável, ficam destacados no seu art. 3º os pontos essenciais para chegar ao propósito traçado:

- a) As partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras;
- b) As partes devem adotar medidas de precaução para prever, evitar ou minimizar as causas das mudanças do clima e mitigar seus efeitos negativos;
- c) As partes têm direito ao desenvolvimento sustentável e devem promovê-lo.

Observa-se que, além da preocupação com os gases de efeito estufa, ainda há uma responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, em que os povos devem buscar situações de alívio da pobreza sem que prejudique o meio ambiente. Portanto, as diversas conferências internacionais trouxeram à tona as questões ambientais que afligem o planeta Terra, com destaque para o protocolo de Kyoto aonde prevê acordo de conjunto de medidas com finalidades de sustentabilidade limpa do planeta que tendem perigosamente o sistema climático podendo causar danos irreversíveis ao ecossistema.

A execução desse protocolo começou de fato a ser implantado a partir de 2005, com a adesão da Rússia, ocasião em que foram designadas com os demais países responsabilidades comuns, mas com diferenças entre os países que compõem o anexo do protocolo com os que não fazem parte. O Protocolo de Kyoto decide que os países

industrializados diminuiriam em pelo menos 5,2% o depósito de gases de efeitos poluentes na atmosfera em relação aos níveis de 1990 (NERY, 2005).

Segundo Cermano (2004, p. 8):

Para que o Protocolo de Kyoto entre em vigor ficou decidido que seria necessária a ratificação de pelo menos 55 países, e que juntos deveriam corresponder por pelo menos 55% das emissões globais de GEEs. Ao ser ratificado, o Protocolo passa a vigorar no prazo de 90 dias da data de ratificação, o que significa que passaria a ter um compromisso legal vinculando todas as Partes envolvidas, e a não complacência de alguma Parte estaria sujeita a penalidades dentro do Protocolo.

Nesse entendimento, para que o protocolo começasse a funcionar era necessária a confirmação de pelo menos 55 países, que unidos precisariam satisfazer com 55% das emissões de gases de efeitos estufa no planeta. Com sua aprovação passa-se a vigorar a partir de 90 dias, onde os países participantes, podendo acarretar penalidades a partes que não acatasse o acordo firmado no protocolo. No Brasil sua aprovação se deu no dia 18 de junho de 2002 e sancionado no mesmo ano em 23 de julho.

2.5 Normas brasileiras de responsabilidade social e ambiental

A Legislação Ambiental é o conjunto de normas jurídicas que tem como objetivo disciplinar a atividade humana, para torná-la compatível com a proteção do meio ambiente e utilização racional dos recursos naturais (BRITTO e PIMENTEL, 2009).

Segundo Milaré (2001, p. 94) “as primeiras formulações legislativas disciplinadoras do meio ambiente, são encontradas na legislação portuguesa que vigorou no Brasil até o advento do Código Civil, em 1916, que listou várias normas de caráter ecológico”. Como se observa através da legislação portuguesa se encontra as primeiras leis que tratam das questões ambientais, e que foram introduzidas no Brasil até o aparecimento do Código Civil em 1916, em que foram escritas diversas normas ambientais.

Em seguida, começa a florescer a legislação tutelar do meio ambiente no Brasil, com o aparecimento dos primeiros diplomas legais permeados por algumas regras específicas pertinentes a fatores ambientais, como por exemplo, o Decreto 16.300, de 31/12/1923: Regulamento de Saúde Pública; Decreto 23.793, de 23/01/1934: Código Florestal (substituído pela Lei 4.771/1965); Decreto 24.114, de 12/04/1934: Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal; Decreto 24.643, de 10/07/1934: Código das Águas; Decreto – Lei 25, de 30/11/1937: Patrimônio Cultural (organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional); e o Decreto-Lei 794, de 19/10/1938: Código de Pesca (Substituído pelo Decreto 221/1967).

Ainda se podem elencar outras leis, tais como¹:

- Lei Patrimônio Cultural – Decreto Lei n.º 25/37, de 30 de novembro de 1937;
- Lei das Atividades Nucleares n.º 6.453/77, de 17 de outubro de 1977;
- Lei do Parcelamento do Solo Urbano n.º 6.766/79, de 19 de dezembro de 1979;
- Lei da Área de Proteção Ambiental n.º 6.902/81, de 27 de abril de 1981;
- A Lei da Ação Civil Pública n.º 7.347/85, de 24 de julho de 1985;
- Lei do Gerenciamento Costeiro n.º 7.661/88, de 16 de maio de 1988;
- Lei dos Agrotóxicos n.º 7.802/89, de 10 de julho de 1989;
- Lei de criação do IBAMA n.º 7.735/89, de 22 de fevereiro de 1989;
- Lei da Exploração Mineral n.º 7.805/89, de 18 de julho de 1989;
- Lei da Política Agrícola n.º 8.171/91, de 17 de janeiro de 1991;
- Lei de Engenharia Genética n.º 8.974/95, de 05 de janeiro de 1995;
- Lei de Recursos Hídricos n.º 9.433/97, de 08 de janeiro de 1997;
- Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição n.º 6.803/80, de 02 de julho de 1980.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 em seu art. 255 aborda que “Todos têm direito ao meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Além desse artigo, outros também foram criados visando resguardar o meio ambiente, são eles, artigos: 5º, 23º, 24º, 129º, 170º, 174º, 200º e 216º.

Outras tantas leis, decretos e medidas provisórias foram elaboradas que tratam das questões ambientais.

¹ Leis encontradas no site: <http://www.planetaorganico.com.br/17leisamb.htm>

2.5.1 Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Nº 1.003/2004

No ano de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC editou a resolução nº 1.003/04, instituindo que a partir de 1º de janeiro de 2006, todas as organizações e instituições deveriam elaborar o Balanço Social e ambiental, onde através do CFC por intermédio da Norma Brasileira de Contabilidade (NBT T15), a regulamentação das informações para que as empresas produzam informações de responsabilidade social e ambiental.

Para Souza *et. al.* (2010, p. 6) a Norma Brasileira de Contabilidade NBC - T15, de 06 de setembro de 2004, do Conselho Federal de Contabilidade: “estabelece procedimentos de evidenciação de informações de natureza social e ambiental. Estas informações têm o objetivo de demonstrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade”.

Através desta norma, são estabelecidos procedimentos para evidenciação de informações, na intenção de demonstrar para a sociedade os fatos socioambientais promovidos pelas organizações, destacando-se as informações tais como, à geração e a distribuição de riqueza; aos recursos humanos; à interação da entidade com o ambiente externo; e à interação com o meio ambiente.

Segundo Cavalcanti (2008, p. 17):

A Resolução CFC nº. 1.003/04, que aprovou a NBC-T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental configuram um dos poucos instrumentos norteadores - em nível de Brasil, que serve de base para que as empresas possam apresentar em suas demonstrações o grau de comprometimento sócio-ambiental. Em contrapartida, a referida resolução não possui força de lei, fato que supõe que as empresas não estão obrigadas a publicá-la, mas que por forças mercadológicas acabam optando pela sua publicação.

A Resolução CFC nº 1.003/04, por meio da NBC-T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental representa em nível de Brasil, como um documento que orienta e serve de base para as organizações realizarem suas demonstrações e apresentar o estado de obrigação com a sociedade e o meio ambiente. No entanto, a resolução nº 1.003/04 não tem poder de lei, o que se pode desconfiar que as organizações só realizem a publicação das informações de natureza socioambiental por questões de mercado, ou por questões se acharem convenientes, já que muitas pessoas estão aderindo ao consumo de produtos que tenham origem ambientalmente correta.

2.5.2 Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Com a mudança de grande parte dos consumidores em exigir mais responsabilidades e características dos produtos, como também do impacto que essa produção causa na natureza, vem provocando junto aos órgãos competentes normatização dessas questões, assim sendo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por ser uma entidade direcionada para o desenvolvimento da tecnologia brasileira, visa contribuir para que essas questões sejam tratadas, cuja finalidade seja de colaborar com as organizações e a sociedade e o meio ambiente.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) compõe-se de uma entidade privada e sem fins de lucros, como também de utilidade pública, compreendida como órgão responsável pela normatização técnica no Brasil, se apresenta como apoio indispensável ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.

Havendo necessidade por parte das organizações em estabelecer normas de responsabilidade social e ambiental para uma gestão social, a ABNT tem se posicionado e editado normas com finalidade de fixar parâmetros de análise e de julgamento dessas responsabilidades. Diante deste cenário, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborou a norma NBR 16001, que preconiza um sistema de gestão da Responsabilidade Social (MELO e GOMES, 2006). Assim sendo, a ABNT preocupada com as questões ambientais que as organizações têm provocado no meio ambiente, tem elaborado norma, com finalidades de intervir junto às organizações na fixação de parâmetros como também fazer com que seja elaborada declaração das responsabilidades e finalidades com o desenvolvimento ambiental.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas: ABNT - NBR ISO 14001 (1996), a política ambiental consiste em uma declaração da empresa quanto as suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental. Portanto, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) tem papel de importância para o bom desempenho das políticas ambientais desenvolvendo normas para tratar das questões que envolvem as organizações e a sociedade.

2.5.3 Norma ISO 14000

A formação de um conjunto de normas resultou de um processo que ao longo do tempo nos vários debates nos fóruns quanto à questão no meio ambiente, buscar meios na tentativa de encontrar mecanismos para a produção das organizações. Com o surgimento da norma ISO

14000 os debates em torno das questões ambientais evoluíram no sentido de promover o desenvolvimento econômico nas organizações, que buscaram encontrar uma situação correta para uma gestão ambiental essencial.

Conforme comentam Grummt Filho e Watzlawick (2008, p. 2):

Um dos resultados do processo de discussões em torno dos problemas ambientais e de como promover o desenvolvimento econômico na empresa foi o surgimento das normas ISO 14000, as quais procuraram desenvolver uma abordagem organizacional que levem à uma gestão ambiental efetiva. Esse conjunto de normas foi o resultado de um processo que vinha evoluindo ao longo dos diversos fóruns de discussões sobre os problemas ambientais, e que buscavam uma maneira de levar soluções ao ambiente produtivo.

Como se vê, a promoção do desenvolvimento econômico na organização é o que se pretende através dos debates que envolvem as questões com o meio ambiente e que deu origem das normas ISO 14000. Por meio dessas normas buscou-se desenrolar um meio de organizar em que levasse administrar as questões ambientais de maneira impactante. A série ISO 14000 foi elaborada de forma a estabelecer os requisitos que podem ser certificados, como a política ambiental, objetivos e metas, programas de ação, estrutura e responsabilidade (COSTA, 2006).

Segundo Ledesma *et. al.* (2007, p. 33):

A Série ISO 14000 consiste em um conjunto de normas ambientais voluntárias, as quais, em última instância, visam contribuir para a melhoria da qualidade do meio ambiente, pode-se afirmar que o somatório de esforços individuais das empresas “contribui”, em parte, para que se atinja o que atualmente é denominado de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a Série ISO 14000 formaliza-se de um conjunto de leis ecológicas voluntárias, prevalecendo que em última instância, tendem a cooperar para o avanço da qualidade do meio ambiente. Também se pode assegurar que a soma de empenho de cada organização “ajuda” em parte, para que se alcance o desejado desenvolvimento sustentável.

Para Ledesma *et. al.* (2007, p. 33):

A certificação ISO 14000 auxiliará as empresas que vêem a preservação ambiental não como um empecilho, mas como um fator de sucesso para se posicionarem no mercado, ou seja, uma oportunidade de ascensão regional, nacional e internacional. Pois entre as vantagens para a empresa está o acesso a novos mercados; a redução e/ou eliminação de acidentes ambientais, evitando, com isso, custos de remediação; o incentivo ao uso racional de energia e dos recursos naturais; a redução do risco de sanções do Poder Público (multas) e facilidade ao acesso a algumas linhas de crédito. Referente aos consumidores, estes possuirão maiores informações sobre a origem da matéria-prima e composição dos produtos, podendo

optar, no momento da compra, por bens e serviços menos agressivos ao meio ambiente.

Como se observa, a certificação ISO 14000 visa contribuir com as organizações que percebem que a preservação da natureza pode contribuir para uma boa colocação no mercado, já que, benefícios como entrada em novos comércios; desperdícios com recursos com a minimização ou eliminação de ocorrências ambientais; incitamento no racionamento de energia e dos recursos extraídos da natureza; diminuição do risco de penalizações por ordem do Poder Público, além de outras vantagens como acesso a linhas de créditos.

De acordo com Departamento de Meio Ambiente/FIESP (2007, p. 10)

Desde 1996, as organizações ou as empresas de todos os tipos, portes e nacionalidades têm disponível uma ferramenta, válida e reconhecida em mais de 100 países do mundo, para auxiliá-las a reduzir os impactos ambientais que causam, além de proporcionar conformidade com a legislação ambiental. É a norma Internacional, a ISO 14001, que determinam diretrizes e requisitos para se estabelecer o chamado Sistema de Gestão Ambiental - SGA.

Reconhecida em mais de 100 países e com o propósito de determinar a diretrizes e requisitos com finalidades de instituir o Sistema de Gestão Ambiental – SGA, a norma internacional ISO 14001 proporciona as empresas de todos os tipos e tamanhos auxílio na redução dos impactos ambientais, como também produzir acordos com a legislação ambiental.

2.6 Sistema de gestão ambiental

Organizações comprometidas com as questões ambientais que são provocadas pela fabricação dos seus produtos ou serviços, tendem a aplicar um sistema para gerenciar as ocorrências ambientais. A introdução de um sistema de gestão ambiental por parte das empresas tende a promover o diagnóstico dos efeitos de caráter ambiental em que estão inseridas, podendo ser resolvidos por meio de eliminação, controle ou minimização.

De acordo com Nicoletta *et. al.* (2004, p. 9)

As empresas têm se defrontado com um processo crescente de cobrança por uma postura responsável e de comprometimento com o meio ambiente. Esta cobrança tem influenciado a ciência, a política, a legislação, e as formas de gestão e planejamento, sob pressão crescente dos órgãos reguladores e fiscalizadores, das organizações não governamentais e, principalmente, do próprio mercado, incluindo as entidades financiadoras, como bancos, seguradoras e os próprios consumidores.

Portanto, as organizações têm encontrado uma série de exigência por parte da sociedade por um posicionamento de responsabilidade e empenho com a natureza. Sob a pressão dos órgãos competentes de fiscalização, as organizações estão preocupadas em encontrar um sistema de controle que possa atendê-las e dirigi-las rumo a um caminho de controle das ocorrências ambientais.

O Sistema de Gestão Ambiental é conceituado por Christie *et. al.* (1995 *apud* NICOLELLA, *et. al.* 2004, p. 8):

Como um conjunto de técnicas e disciplinas que dirigem as empresas na adoção de uma produção mais limpa e de ações de prevenção de perdas e de poluição. Para esses autores, o sistema de gestão ambiental deve envolver as seguintes áreas de atividades das empresas: elaboração de políticas (estratégia), auditoria de atividades, administração de mudanças, e comunicação e aprendizagem dentro e fora da empresa.

Como se observa, o Sistema de Gestão Ambiental trata-se de um conjugado de técnicas e disciplinas direcionadas para as organizações a seguirem a fabricar seus produtos de formas mais limpas e com atos de se precaver das perdas de poluição. O sistema de gestão ambiental, segundo os autores, o mesmo deve abranger setores da atividade da organização, tais como, estratégia, auditoria de atividades, administração de mudanças, e comunicação e aprendizagem dentro e fora da organização.

Para Tibor e Feldman (1996, p.20)

Um Sistema de Gestão Ambiental inclui a criação de uma política ambiental, o estabelecimento de objetivos e alvos, a implantação de um programa para alcançar esses objetivos, a monitoração e medição de sua eficácia, a correção de problemas e a análise e revisão do sistema para aperfeiçoá-lo e melhorar o desempenho ambiental geral.

Como se observa, a junção de várias técnicas e disciplinas que administram as organizações que comprometidas com uma produção correta ambientalmente constitui um sistema de gestão ambiental, que são desenvolvidas por planejamento, implementação e operação, verificação e ação corretiva.

Portanto, os assuntos comentados nessa fundamentação podem representar as observações que serão apresentadas na análise dos resultados da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV.

Diante disso, necessário se faz demonstrar através dessa pesquisa os gastos e investimentos ambientais que foram divulgados pela Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV no período 2006 a 2010, de acordo com a Resolução do CFC nº 1.003/2004 e a

norma ISO 14000, como também demonstrar a evolução da evidenciação ambiental e comparar a relação dos investimentos e gastos ambientais.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

3.1 Perfil da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV.

O ramo de produção de cerveja é considerado um comércio de longa tradição, iniciando-se como produção caseira, e no ano de 1836 surgiu a primeira notícia a respeito da fabricação de cerveja no Brasil. O principal produto para a produção de cerveja é o malte de cevada. Considerada como a principal fonte de extrato e enzimas para a obtenção de açúcares fermentescíveis, como também para o crescimento da levedura, para a origem da cor da cerveja e para a formação da espuma. O processo de produção se dá pela junção de água, malte, lúpulo e leveduras, e seu processo básico de fabricação consiste das etapas de cozimento, logo após ser moído o malte adiciona-se água, onde essa mistura se denomina “mosto”. Continuando o processo, o mosto é clarificado, retirando-se a parte sólida (o bagaço do malte) da líquida, e filtrado, logo depois ser fervido e ter o lúpulo acrescentado. O mosto é então decantado, refrigerado e areado para dar-se início ao processo de fermentação.

A fermentação que pode durar de sete a doze dias, em temperaturas que podem ir de 5 a 16° C para cervejas de baixa fermentação e 16 a 26° C para as de alta fermentação. Em seguida vem a fase de maturação quando a cerveja é resfriada para temperaturas próximas a 3,5° C e transferida para tanques onde é mantida por até trinta dias em temperaturas em torno de 0°C, para depois ter a filtração e o acondicionamento, que trata da filtração para a retirada de partículas em suspensão e garantir seu brilho e transparência. Finalizando o processo, a cerveja é acondicionada em garrafas, latas ou barris e pasteurizada.

A Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV) é uma empresa de Capital Aberto que atua no ramo de bebidas, especificamente na produção de cerveja, desde 2000, quando foi criada através da fusão da Brahma com a Antarctica. Seus produtos atualmente são: Skol, Brahma, Antarctica, Quilmes e Bohemia Spaten, Löwerbräu e Franziskaner (alemãs), Leffe, Hoegaarden e Belle-Vue (belgas), Patricia, Norteña e Pilsen (uruguayas) e Quilmes (argentina), além de ser o maior engarrafador da PepsiCo no mundo e são distribuídos no Brasil e em outros países das Américas. Com operações em 14 países nas três Américas, a Ambev é a quarta maior cervejaria do mundo e a líder do mercado latino americano em volume. As operações da Companhia consistem na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes, outras bebidas não alcoólicas e malte, dividindo-se em três unidades de negócio: Operações Brasil, representadas pelas vendas de (i) cerveja (“Cerveja Brasil”); (ii) refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas (“RefrigeNanc”); e (iii) malte e

sub-produtos. América Latina Hispânica (HILA), dividida em duas operações: (i) América Latina Sul, composta por operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, e (ii) HILA excluindo América Latina Sul (denominada HILA-Ex), composta pelas operações da Companhia em El Salvador, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Venezuela; e América do Norte, representada pelas operações da Labatt Brewing Company Limited (“Labatt”), incluindo vendas de cerveja no Canadá e exportações para os Estados Unidos (“EUA”).

A Ambev chegou ao final de 2010 com aproximadamente 44,9 mil funcionários: 32,1 mil no Brasil e em HILA-Ex, 4,8 mil no Canadá e 8,0 mil nas unidades da América Latina Sul. Em 2010, a Companhia apresenta o maior investimento em capacidade produtiva nos 10 anos de criação da empresa, um total de R\$ 2 bilhões. Também multiplica o EBITDA alcançando R\$ 11,7 bilhões, frente a R\$ 1,5 bilhão em 2000, seu ano de nascimento. Lança o Movimento Cyan, plataforma ambiental voltada para a preservação da principal matéria-prima da Ambev – a água. Ainda voltada para a inovação constante de suas marcas, lança a Skol 360° e a lata vermelha de Brahma.

3.1.1 Análise dos resultados

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram analisadas as informações do período de 2006 a 2010, disponíveis no site da Bovespa, como também no site oficial da empresa em análise, onde foram identificados os gastos e investimentos relacionados ao meio ambiente conforme a Resolução do CFC nº 1003/2004 que a empresa realizou neste período e divulgou nos relatórios analisados, que foram: Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatório Anual, Relatório da Administração, Relatório de Sustentabilidade, Relatório de Problemas ambientais, conforme apresentado abaixo.

Com relação às Demonstrações Financeiras que foram analisadas referentes aos anos de 2006 a 2010, nenhum gastos ou investimento relacionado ao meio ambiente foram divulgados no seu Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração de Fluxo de Caixa no período analisado, confirmando com isso a falta de informações ambientais nos Demonstrativos financeiros obrigatório da empresa.

3.1.2 Evidenciação dos Gastos e Investimentos ambientais identificados conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004

Com relação às informações divulgadas nas Notas Explicativas – NE, Relatórios Anuais –

RA, Relatórios da Administração – RAD, Relatórios de Sustentabilidade – RS, e Relatórios de Problemas Ambientais – RPA, da AMBEV no período de 2006 a 2010, observou-se que foram identificadas informações referentes a gastos e investimentos relacionados ao meio ambiente conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade N°. 1003/2004.

No quadro 1 estão evidenciadas as informações identificadas referentes ao ano de 2006 pela empresa AmBev nos documentos analisados.

ITENS		NE	RA	RAD	RPA	RS
Contingências ambientais						
Gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade			X			
Gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados						
Gastos com educação ambiental para a comunidade				X		
Gastos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente						
Gastos com outros projetos ambientais			X			
Indenizações relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade			X			
Indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente			X			
Investimentos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade			X			
Investimentos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados			X			
Investimentos com educação ambiental para a comunidade			X			
Investimentos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente			X	X		
Investimentos com outros projetos ambientais			X			
Multas relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					X	
Multas relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente						
Passivos ambientais					X	
Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					X	
Notas Explicativas	Relatório Anual	Relatório da Administração	Relatório de Problemas Ambientais	Relatório de Sustentabilidade		

Quadro 1 - Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC N° 1003/2004 no ano de 2006.

O quadro 1 demonstra os investimentos e gastos ocorridos e evidenciados pela empresa AmBev no ano de 2006, onde consta no seu Relatório Anual investimentos que a empresa realizou na sua frota de automóveis, onde ela passou a utilizar nos grandes centros

urbanos, o gás natural como combustível no lugar de gasolina, iniciativa que alia economia de custos e cuidados com o meio ambiente, além de apoios a projetos relacionados ao meio ambiente como a Reclicoteca, centro de informações sobre reciclagem e meio ambiente da América Latina, e o Programa Reciclagem Solidária – Cooperativas, que promove cursos e oficinas de reciclagem aos catadores de resíduos organizados em cooperativas em todo o Brasil, realizou também aquisições para reduzir a poluição, investiu na preservação e recuperação de áreas degradadas onde a empresa apoiou o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental da Região Amazônica. Já com relação a gastos ambientais ela promoveu e apoiou iniciativas de educação ambiental direcionadas a clientes, fornecedores e comunidade.

Já no Relatório da Administração conforme consta no quadro 1, a empresa também apresentou informações sobre o seu patrocínio ao maior centro de Reciclagem da América Latina - ao mesmo tempo em que informou da sua busca por uma maior competitividade na produção de bebidas, utilizando tecnologias, matérias-primas e processos para minimizar o impacto ambiental. Além de apresentar um destaque como sendo referência no uso racional de água e de reaproveitamentos de mais de 98% dos resíduos industriais na forma de subprodutos.

No que se refere ao Relatório de Problemas Ambientais consta no quadro 1, a existência de processo movido contra empresa onde ela é acusada de causar danos ao meio ambiente, constando também um auto de infração e multas referentes a danos causados ao meio ambiente.

ITENS	NE	RA	RAD	RPA	RS
Contingências ambientais					
Gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		X			
Gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados					
Gastos com educação ambiental para a comunidade		X	X		X
Gastos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente		X			
Gastos com outros projetos ambientais					X
Indenizações relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					
Indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente					
Investimentos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade					X
Investimentos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados					X

Investimentos com educação ambiental para a comunidade					X
Investimentos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente		X	X		X
Investimentos com outros projetos ambientais		X			X
Multas relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					
Multas relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente					
Passivos ambientais					X
Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade				X	X
Notas Explicativas	Relatório Anual	Relatório da Administração	Relatório de Problemas Ambientais	Relatório de Sustentabilidade	

Quadro 2 - Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004 no ano de 2007.

No ano de 2007 de acordo com o quadro 2, a AmBev no seu Relatório Anual continuou a divulgar a sua preocupação de investir no seu processo produtivo, visando reduzir os seus custos e ao mesmo tempo contribuir para a melhoria do meio ambiente, investindo num Sistema de Gestão Ambiental (SGA), treinamento de pessoal e controle operacional, que possibilitou atuar preventivamente em relação aos potenciais riscos ambientais. Neste mesmo período a empresa efetuou gastos para melhorar os processos, tecnologias e materiais, e treinamentos das equipes para o desenvolvimento de embalagens que atendam às expectativas dos consumidores e, ao mesmo tempo, minimizem o impacto ao meio ambiente. Como resultado, nos últimos três anos, a AMBEV conseguiu reduzir em mais de 12% o consumo de vidro, em 11,37% o consumo de alguns tipos de plásticos e em 5,88% o consumo de embalagens celulósicas. Deu-se continuidade as iniciativas de incentivo à reciclagem nas comunidades em que atuam, nas ações e eventos de marketing, patrocinando o Programa Reciclagem Solidária – Cooperativas.

A AmBev em 2007 também reduziu a poluição decorrente das emissões de gases, investindo em outros projetos ambientais como no gerenciamento de resíduos sólidos, reaproveitando quase 100% dos resíduos industriais, que são comercializados, incrementando a receita da Companhia e conseqüentemente reduzindo o impacto ambiental, onde também realizou gastos para tratar 100% dos efluentes industriais produzido pela empresa.

Já no Relatório da Administração em 2007 conforme consta no quadro 2, a empresa continuou a gastar com patrocínios nos centros de Reciclagem da América Latina e reaproveitou mais de 98% dos resíduos industriais na forma de subprodutos, o que gerou, em 2007, uma receita de R\$ 66,7 milhões conforme consta no Relatório da Administração.

Além de investir no desenvolvimento de fontes alternativas de energia, com isso reduzindo os gastos no seu processo produtivo.

No Relatório de Problemas Ambientais em 2007, consta no gráfico 2, gastos com processo decorrente de uma investigação civil para apurar denúncias feitas pela população local de poluição no entorno da sua fábrica.

Em 2007 de acordo com o que consta no quadro 2, o Relatório de Sustentabilidade da empresa apresenta diversas informações referentes a gastos e investimentos identificados no período, onde ele gastou promovendo e apoiando programas de educação ambiental e conscientização de clientes, fornecedores e consumidores e na gestão de sua frota. Investiu na constituição de Comissões Internas de Meio Ambiente (Cima) em todas as unidades da empresa com a função de treinar os funcionários e monitorar os principais indicadores de ecoeficiência, além de realizar ações para reforçar a importância de áreas ricas em biodiversidade e para proteger a flora e fauna típicas de cada região e promoveu palestras para conscientização e preservação do meio ambiente entre jovens. Continuou também a investir em projetos ambientais e na melhoria do seu processo produtivo para reduzir os impactos causados ao meio ambiente. Neste período a empresa também continuou a enfrentar processos relacionados à sua conduta com o meio ambiente.

ITENS	NE	RA	RAD	RPA	RS
Contingências ambientais					
Gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade					X
Gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	X				
Gastos com educação ambiental para a comunidade					
Gastos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente		X			X
Gastos com outros projetos ambientais			X		X
Indenizações relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					
Indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente					
Investimentos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade					X
Investimentos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados					X
Investimentos com educação ambiental para a comunidade					
Investimentos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente	X	X	X		X
Investimentos com outros projetos ambientais		X	X		X

Multas relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					X
Multas relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente					
Passivos ambientais					X
Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					X
Notas Explicativas	Relatório Anual	Relatório da Administração	Relatório Ambientais	de Problemas	Relatório de Sustentabilidade

Quadro 3 - Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004 no ano de 2008.

Conforme os dados apresentados no quadro 3, observa-se que nas Notas Explicativas, documento que faz parte das demonstrações contábeis obrigatória de publicação por parte das empresas, verificou-se que a empresa só veio a evidenciar gastos ou investimentos ligados ao meio ambiente, a partir do ano de 2008, quando a empresa investiu na aquisição de máquinas para melhorar o seu processo operacional visando a melhoria também do meio ambiente. Neste mesmo período a empresa realizou gastos com o tratamento de água, efluentes e disposição de resíduos.

Esses dados de acordo com Tinoco e Kraemer (2009) só vêm a fortalecer a corrente de que as informações ambientais devem ser divulgadas em relatórios específicos e não nas demonstrações contábeis obrigatórias das empresas e com isso fica a critério da empresa divulgar estas informações da forma que melhor lhe convir.

No Relatório Anual de 2008, o quadro 3, apresenta que a empresa continuou a investir no meio ambiente desta vez reduzindo o seu consumo de água e conseqüentemente diminuído os gastos com o tratamento de águas e efluentes, além de manter um controle das matérias-primas utilizadas na produção, buscando reduzir a produção de resíduos sólidos no seu processo, assim como a promoção e a recuperação, o reuso, a reciclagem e compostagem. Ela continuou a investir nos projetos ambientais como o programa Reciclagem Solidária, em parceria com a ONG Recicloteca – mantida pela AmBev – e com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre).

Em 2008, no Relatório da Administração, dentre as iniciativas direcionadas à eficiência energética no ciclo produtivo a Companhia realizou o "Energy Saving Day", campanha realizada em todas as fábricas com controles direcionados para identificar e eliminar situações de perda de energia. Ao mesmo tempo em que buscou uma maior competitividade na produção de bebidas, utilizando tecnologias, matérias-primas e processos para minimizar o impacto ambiental. Para tanto, estabeleceu indicadores de ecoeficiência que são sistematicamente monitorados. E continuou desenvolvendo alternativas de agregar valor

aos resíduos, como estratégia de conciliar benefícios ambientais (com a redução de resíduos descartados) e econômicos (com a venda de subprodutos) conforme quadro 3.

No quadro 3, o Relatório de Sustentabilidade da empresa apresenta os mesmo gastos de 2007, com relação ao Cima, com a realização do Programa "Energy Saving Day" e com Estações de Tratamento de Efluentes Industriais – ETEIs e os investimentos em Sistemas de Gestão Ambientais, em áreas de proteção ambiental e em seu processo produtivo incorporando processos sustentáveis dentro da empresa, como também ocorreram multas e processos movidos contra a empresa relacionados a sua conduta com o meio ambiente.

ITENS	NE	RA	RAD	RPA	RS
Contingências ambientais					
Gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade					X
Gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	X				
Gastos com educação ambiental para a comunidade					X
Gastos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente					X
Gastos com outros projetos ambientais		X	X		X
Indenizações relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					
Indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente					
Investimentos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade					X
Investimentos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados					X
Investimentos com educação ambiental para a comunidade					X
Investimentos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente	X	X	x		X
Investimentos com outros projetos ambientais		X	x		X
Multas relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					
Multas relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente					X
Passivos ambientais					X
Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					X
Notas Explicativas	Relatório Anual	Relatório Administração	da	Relatório de Problemas Ambientais	Relatório de Sustentabilidade

Quadro 4 - Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004 no ano de 2009.

No quadro 4, observa-se que em 2009 as Notas Explicativas, apresentam os mesmos gastos e investimentos de 2008, o que representa que a empresa continuou a investir na aquisição de máquinas para melhorar o seu processo operacional e conseqüentemente o meio ambiente e também a realizar gastos com o tratamento de água, efluentes e disposição de resíduos.

No Relatório Anual de 2009, o quadro 4, demonstra que a AmBev continuou investindo na economia de energia, com a realização novamente da campanha "Energy Saving Day", em todas as fábricas visando identificar e eliminar desperdícios de energia e manteve o investimento no seu processo produtivo reduzindo o índice de emissão de gases de efeito estufa, usando combustível provenientes de fontes renováveis e introduzindo iniciativas de gerenciamento do uso de água no seu processo produtivo. Deu continuidade nos investimentos em projetos para reaproveitamento dos resíduos industriais na forma de subprodutos.

No quadro 4, o Relatório da Administração de 2009, também apresenta informações das iniciativas direcionadas à eficiência energética no ciclo produtivo, referentes "Energy Saving Day", onde a empresa demonstrou como resultado uma economia de R\$ 4,6 milhões no ano. Ao mesmo tempo em que a Ambev busca uma maior competitividade na produção de bebidas, utilizando tecnologias, matérias-primas e processos que minimizam o impacto ambiental. Mostraram também iniciativas voltadas para o gerenciamento de uso de água com a finalidade de reduzir o índice de consumo deste recurso natural, continuando a investir em projetos desta natureza e também a patrocinar os centros de Reciclagem para reaproveitamento de mais de 98% dos resíduos industriais na forma de subprodutos.

Em 2009, no quadro 4, o Relatório de Sustentabilidade da AmBev, continua a apresentar as informações referentes ao Programa Reciclagem Solidária onde a empresa mantém parceria há oito anos com a Recicloteca e o Cempre - o Programa estimula o reaproveitamento de resíduos sólidos, por meio do apoio ao desenvolvimento sustentável de associações e cooperativas de catadores de recicláveis. Mostra também que a empresa contribuiu com a preservação do meio ambiente promovendo o descarte correto de embalagens e a redução do volume de lixo nos aterros e continuou a investir em projetos para reaproveitamento dos resíduos industriais na forma de subprodutos. Constam também no Relatório de Sustentabilidade de 2009 da empresa, informações referentes ao registro de multas por questões ambientais.

Como destaque em 2009 a AmBev foi a primeira empresa do setor de bebidas no País a receber da ONU, o registro oficial para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O

projeto registrado foi desenvolvido na fábrica de Viamão (RS), alinhado ao Protocolo de Kyoto, e prevê a redução de 188 mil toneladas de emissão de CO2, em sete anos por meio da substituição do óleo combustível utilizado nas caldeiras por biomassa. Dessa forma, a Companhia está apta a vender créditos de carbono, informações apresentadas no Relatório de Sustentabilidade da empresa.

ITENS	NE	RA	RAD	RPA	RS
Contingências ambientais					
Gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		X			
Gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados					
Gastos com educação ambiental para a comunidade					
Gastos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente					
Gastos com outros projetos ambientais			X		
Indenizações relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					
Indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente					
Investimentos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade					
Investimentos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados					
Investimentos com educação ambiental para a comunidade					
Investimentos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente		X	X		
Investimentos com outros projetos ambientais		X	X		
Multas relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					
Multas relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e ou judicialmente					
Passivos ambientais					
Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade					
Notas Explicativas	Relatório Anual	Relatório Administração	da	Relatório de Problemas Ambientais	Relatório de Sustentabilidade

Quadro 5 - Gastos e Investimentos identificados conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004 no ano de 2010.

Em 2010 conforme consta no quadro 5, a AmBev só apresentou informações referente aos seus gastos e investimentos na área ambiental no seu Relatório Anual, onde ela efetuou gastos com campanhas de mobilização e conscientização da sociedade para o uso racional da água, mantendo uma postura responsável em relação à captação, tratamento e

preservação das nascentes de cursos d'água, além de participar de projetos envolvendo este recurso natural essencial para a vida e Investimentos em programas de preservação do meio ambiente e Estações de Tratamento de Efluentes Industriais (ETELs) que cuidam de 100% dos efluentes industriais gerados pela Companhia.

E no Relatório da Administração, onde a Companhia mostra informações da realização de mais uma edição do "Energy Saving Day", campanha realizada para identificar e eliminar desperdícios de energia, e continuou a ser referencia no uso racional de água, mantendo também o patrocínio ao Centro de Reciclagem e os investimentos para minimizar os impactos ambientais no processo produtivo da empresa.

3.1.3 Evidenciação dos anos que mais apresentaram Gastos e Investimentos ambientais identificados conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004

No gráfico 1, abaixo, será exposto os anos que a empresa AmBev mais informou sobre gastos e investimentos nos seus relatórios de caráter ambiental.

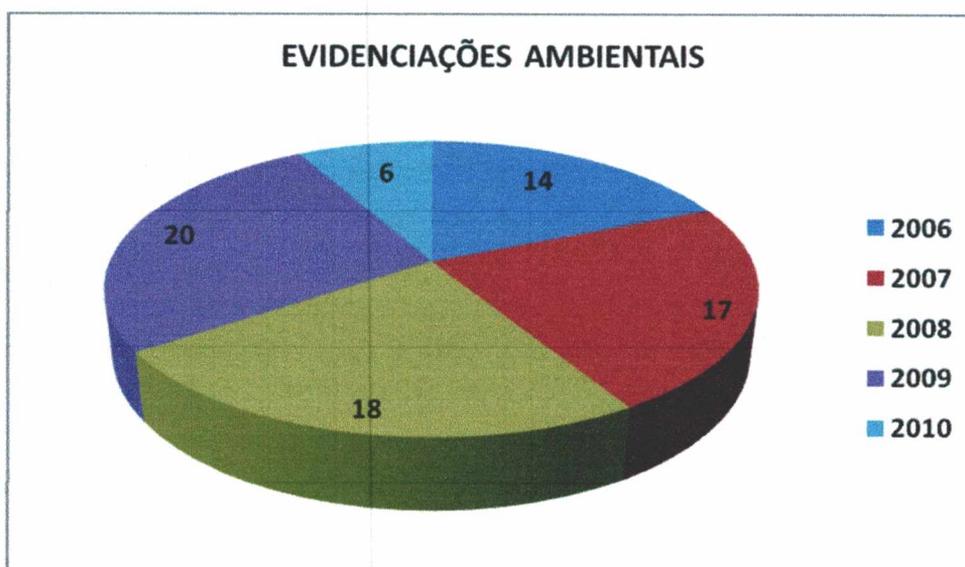


Gráfico 1 - Evidenciação dos anos que mais apresentaram gastos e investimentos ambientais conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando o gráfico 1, acima, verifica-se que em 2009 foi considerado o ano que mais ocorreram divulgações de informações ambientais por parte da empresa AmBev com o total de 20 divulgações de ocorrências ambientais. Em seguida se apresenta o ano de 2008, com a representação de 18 informes das questões que corresponde à natureza. Logo depois, o ano de 2007 é o terceiro colocado quanto às informações referentes ao meio ambiente. Já o ano de 2006 a empresa divulgou através dos seus relatórios, o total de 14 evidências de

caráter ambiental, enquanto que em 2010 foi o ano que menos informação divulgou a companhia.

Portanto, as quantias de informações nos anos de 2009, 2008 e 2007 se apresentam em maiores quantidades pelo motivo de que nesses anos a empresa divulgou através do seu site o relatório de sustentabilidade, ocasião em que no ano de 2006 não houve divulgação deste relatório, enquanto que para o ano de 2010, as informações do relatório de sustentabilidade ainda não tinham sido divulgadas no período de investigação desta pesquisa.

3.1.4 Evidenciação dos documentos que mais apresentaram Gastos e Investimentos ambientais identificados conforme a Resolução do CFC Nº 1003/2004

Na expectativa de verificar através de quais documentos foram evidenciados mais informações dos gastos e investimentos ambientais, o gráfico 2, logo abaixo trará o quantitativo que cada relatório informou nos anos de 2006 a 2010.

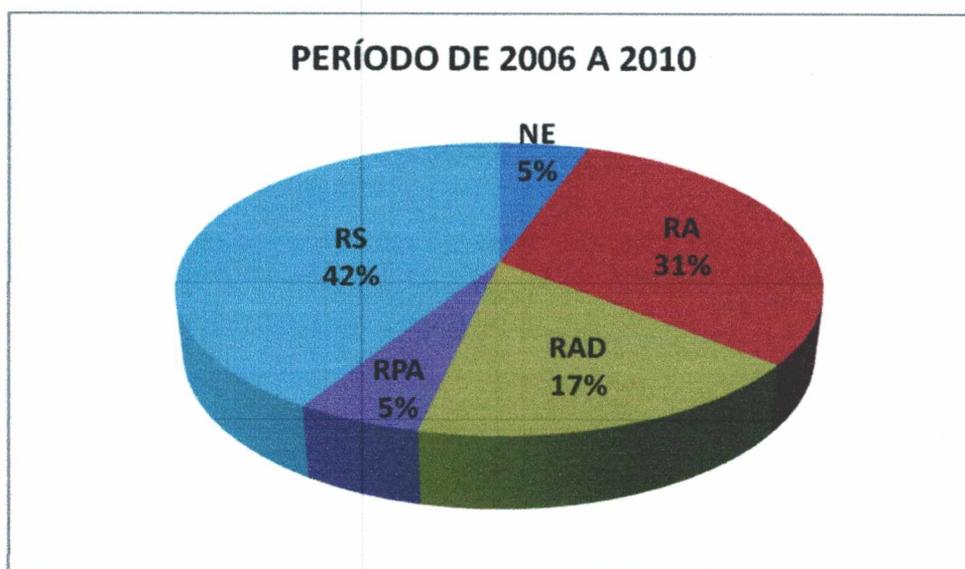


Gráfico 2 - Evidenciação dos documentos que mais apresentaram gastos e investimentos ambientais identificados conforme a Resolução do CFC nº 1003/2004.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando o gráfico 2, verifica-se que durante os anos de 2006 a 2010 o relatório que evidenciou mais informações ambientais foi o Relatório de Sustentabilidade com um percentual de 42% de informações, ou seja, 31 divulgações encontradas no período pesquisado. Logo depois, o Relatório da Anual com 31% o que corresponde a 23 divulgações de evidenciações de gastos e investimentos ambientais. Já o Relatório da Administração se apresenta na terceira posição com o percentual de

17%, o que o contempla com 13 divulgações de ocorrências ambientais. Enquanto que os menores índices encontrados correspondem ao Relatório de Problemas Ambientais e as Notas Explicativas com 5% de evidências ambientais, ou 4 informações cada documento, dos acontecimentos na natureza por meio da organização em estudo.

Portanto, mais informações não foram divulgadas, pelo motivo de que a empresa deixou de divulgar no ano de 2006 os relatórios que apresentou nos anos de 2007 a 2009, e que no ano de 2010 não foi possível observar mais informações de gastos e investimentos ambientais porque a empresa que faz parte deste estudo ainda não tinha disponibilizado no site da empresa como também no sitio da Bolsa de Valores de São Paulo ou no sitio da Comissão de Valores Mobiliários esses relatórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Na intenção de concluir os objetivos propostos nesta pesquisa, através de levantamentos em obras bibliográficas e os documentos encontrados no site da empresa em estudo, juntamente com os relatórios se buscou no sitio da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), os resultados alcançados foram cumpridos satisfatoriamente.

Observando todos os gráficos, ficou claro que através do relatório de sustentabilidade se obteve maiores informações a respeito das questões ambientais envolvidas pela empresa deste estudo, em seguida, o relatório anual e o relatório da administração também expuseram muita informação das ocorrências ambientais. Já o relatório de problemas ambientais apresentou informações de multas e processos ambientais, enquanto que as notas explicativas mencionaram pouca informação a cerca das questões ambientais envolvidas pela companhia investigada neste estudo.

Por meio deste estudo, se pode observar que é necessária muita pesquisa e investimento com as questões ambientais, principalmente pelas organizações consideradas poluidores em potencial, pois, como se percebe os grandes danos ocorridos no meio ambiente, na maioria é proporcionado por essas organizações, daí, a necessidade de investimentos em ações que promovam a melhoria e a conscientização das questões ecológicas.

Portanto, verificando os relatórios da empresa deste estudo, na natureza tem muitas ocorrências ambientais provocadas dentro da empresa e no seu entorno, que pode ser evidenciada e informada aos usuários. Diante disso, as organizações precisam estar ligadas na implantação de ações de preservação, minimização e controle da natureza, procurando sempre não degradar nem tão pouco poluir, para que os recursos naturais estejam sempre presentes e necessário para a produção de suas atividades, como também, havendo descontrole dessas ações no meio ambiente, a saúde, a segurança e o bem estar das pessoas podem ser afetados prejudicando assim, a todos.

Assim sendo, as organizações devem direcionar-se para uma política ambiental que promovam atos de controle, diminuição e restauração de possíveis danos aos impactos na natureza causados pela ação da utilização dos recursos naturais para a produção das suas atividades fabris, por meio de investimentos e gastos com manutenção nos processo operacionais para melhoria do meio ambiente; como também com a educação ambiental para os usuários internos; com a preservação ou recuperação de ambientes degradados; com educação ambiental para a comunidade e com outros projetos ambientais.

As organizações ainda devem resguardar recursos para os passivos ambientais, que pode acontecer de multas relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; por processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a empresa, ou também por Indenizações relativas à matéria ambiental, administrativos e judiciais movidos contra a organização.

É importante a responsabilidade também da sociedade para que seja mais atuante, como também a participação dos governos na aplicação de suas normas e leis na busca de clareza dos problemas ambientais, que venha a coibir as ações de descontrole na natureza, além dos gestores que sejam mais eficientes e dinâmicos na busca de soluções da degradação e poluição do meio ambiente provocado por suas organizações.

Portanto, através desta pesquisa, as informações da empresa Companhia de Bebidas das Américas sobre as questões ambientais demonstram para os profissionais, como para os alunos acadêmicos, as evidências dos gastos e investimentos ambientais do período de 2006 a 2010, em que na oportunidade foi apresentado nos quadros e nos gráficos acima, o comportamento da citada empresa nas questões que envolvem o meio ambiente. Nesse entendimento, se pode recomendar que, mais estudos possam ser realizados em outras organizações de níveis em potencial de poluição, para que se possa haver uma conscientização de toda a sociedade e principalmente das empresas e dos órgãos fiscalizadores e reguladores, para que possam encontrar o equilíbrio de controle da poluição e da degradação do meio ambiente, e, com isso as gerações futuras não sofram e tenham que pagar pelos atos de irresponsabilidades das organizações poluidoras e devastadoras dos recursos naturais.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de; GOMES, Helena Lemos dos Reis Magalhães. **Gestão Ambiental e Interesses Corporativos: imagem ambiental ou novas relações com o ambiente? 2010.** Disponível em:
<<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT8-60-40-20100818105639.pdf>> Acesso em 07 de julho de 2011.
- ANDRADE, Maria Margarida. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANTUNES, Cleber do Carmo. **Sociedades Sustentáveis: A Responsabilidade da Contabilidade.** Anais do XI Congresso Brasileiro de Contabilidade. CFC – Goiânia. 2000.
- ASSIS FILHO, Edelson Aurélio de. **Geografia Rural.** Disponível em:
<<http://www.ead.ftc.br/portal/upload/geo/6p/02-GeografiaRural.pdf>> Acesso em 05 de julho de 2011.
- BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. **Avaliação contábil do risco ambiental.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n° 14, p. 301-328, dez. 2000. *Apud* TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** Teoria e Prática. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BORGES, Ana Paula; ROSA, Fabrícia Silva da; ENSSLIN, Sandra Rolim. **Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose.** 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/prod/v20n3/AOP_200905058.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2011.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRITTO, Álvaro Lemos; PIMENTEL, Patrícia. **Meio Ambiente e Sociedade.** 2009. Disponível em:
<http://engenhariaftc.files.wordpress.com/2009/03/meio_ambiente_sociedade.pdf> Acesso em 19 de agosto de 2011.
- CALSING, Renata de Assis. **O Protocolo de Quioto e o Direito do Desenvolvimento Sustentável.** Porto Alegre: S. A. Fabris, 2005.
- CAVALCANTI, Gabriella Holanda. **Uma Análise Sobre o Grau de Aderência Normativa da Divulgação das Informações Contábeis das Empresas Brasileiras do Setor de Utilidade Pública.** Responsabilidade: Gabriella Holanda Cavalcanti e Karla Katiúscia Nóbrega de Almeida – Sousa: Universidade Federal de Campina Grande, 2008, 77 páginas.
- CENAMO, Mariano Colini. **Mudanças Climáticas, O Protocolo de Quioto e Mercado de Carbono.** 2004. Disponível em:
<<http://www.ipam.org.br/uploads/livros/b0daac7247d7670eaf55936b775b1782fba3d2a9.pdf>> Acesso em 06 de julho de 2011.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: Para Uso dos Estudantes Universitários.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CFC. Normas brasileiras de contabilidade NBC T 15 - informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>>. Acesso em 25 de junho de 2011.

COSTA, Raquel. **A Contribuição da Ciência Contábil Para a Preservação do Meio Ambiente. 2006.** Disponível em:

<http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/A%20CONTRIBUI%C3%87%C3%83O%20DA%20CI%C3%84NCIA%20CONT%C3%81BIL%20PARA%20A%20PRESERVA%C3%87%C3%83O%20DO%20MEIO%20AMBIENTE.pdf> Acesso em 23 de agosto de 2011.

CHRISTIE, I.; ROLFE, H.; LEGARD, R. **Cleaner production in industry: integrating business goals and environmental management.** London: Policy Studies Institute, 1995. *Apud* NICOLELLA, Gilberto; MARQUES, João Fernando; SKORUPA, Ladislau Araújo. Sistema de gestão ambiental: aspectos teóricos e análise de um conjunto de empresas da região de Campinas, SP / Gilberto Nicolella, João Fernandes Marques, Ladislau Araújo Skorupa.-- Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 42p.-- (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 39). Disponível em:

<http://www.cnpma.embrapa.br/download/documentos_39.pdf> Acesso em 23 de agosto de 2011

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE / FIESP. **Melhore a Competitividade com o Sistema de Gestão Ambiental – SGA. 2007.** Disponível em:

<http://www.crq4.org.br/downloads/sistema_gestao.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2011.

FERIGOLO, Alex Mateus; POSSATI JÚNIOR, Gilmar. **A Relevância da contabilidade ambiental sob enfoque de responsabilidade social e de mercado. Revista Eletrônica de Contabilidade**, Santa Maria, 2007. Disponível em:

<<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIVn02/t007.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2011.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003. *Apud* ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altai. **Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais? 2008.** Disponível em:

<<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v4/Custos%20ambientais%20e%20agronegocio.pdf>> Acesso em 01 de junho de 2011.

FERREIRA, Renato de Souza. **O Papel da Contabilidade na Preservação do Meio Ambiente: Um Enfoque nas Informações Contábeis para Tomada de Decisão. 2010.** Disponível em:

<http://www.esab.edu.br/arquivos/monografias/Monografia_RenatodeSouzaFerreira.pdf> Acesso em 15 de junho de 2011.

FIPECAFI - Fundação Instituto de pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FREITAS, Cláudia C. de Oliveira de; STRASSBURG, Udo. **Evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de papel e celulose brasileiras.** In: VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Centro

de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE, Campus Cascavel, 04 a 06 junho de 2007.

Disponível em:

<<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIseminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%206%20-%20%20Evidencia%E7%E3o%20das%20informa%E7%F5es%20ambientais%20nas%20de monstra%E7%F5es%20cont%E1beis%20de%20empresas.pdf>> Acesso em: 04 de agosto de 2011.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999. *Apud* BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. Teoria e Prática. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GISI, Agostinho Celso. **Análise do Comportamento de Consumo sob o Enfoque da Sustentabilidade – Estudo de Caso: Município de Chapecó - SC. 2008**. Disponível em: <<http://www5.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/php/imagens/000057/00005782.pdf>> Acesso em 14 de junho de 2011.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 2009**. Disponível em: < http://danielbertoli.synthasite.com/resources/Apostila_ADS_v2.pdf> Acesso em 16 de agosto de 2011.

GRUMMT FILHO, Álvaro; WATZLAWIC, Luciano Farinha. **Importância da Certificação de Um SGA-ISO para Empresas. 2008**. Disponível em: <http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/6%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Agrarias/PDF/6-Ed6_CA-Impor.pdf> Acesso em 04 de setembro de 2011.

GUESSER, Jaqueline Manes; BEUREN, Ilse Maria. **Caracterização e Mensuração dos Custos Ambientais. 2009**. Disponível em: <<http://face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/114/109>> Acesso em 20 de maio de 2011.

HERBSTRITH, Valdemar Lopes. **Ante as Promessas de Uma Modernidade Tardia: Uma Pósmodernidade Incerta nas Relações de Trabalho no Brasil. 2008**. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/images/stories/mestrado/direito/dissertacoes/2008/valdemar_lopes_herbstrith.pdf> Acesso em 19 de abril de 2011.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **NPC nº. 27 – Normas e procedimentos de contabilidade nº. 27: demonstrações contábeis – apresentação e divulgação (Revoga a NPC nº. 27 DE 03/10/05)**. São Paulo: IBRACON, 2006.

INSTITUTO SERRANO NEVES. **ATIVOS E PASSIVOS SÓCIO—AMBIENTAIS**. Disponível em: <http://www.serrano.neves.nom.br/MBA_GYN/apsa08.pdf> Acesso em 06 de setembro de 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 7ª Ed. Ver. e atual São Paulo: Atlas, 2007. *Apud* CUNHA, Ana Melissa da; LIMONGI, Bernadete; PAIVA, Kamille Simas Ebsen de. **Contabilidade Ambiental e Demonstrações Financeiras Obrigatórias: Informações Ambientais Relevantes nas**

Notas Explicativas. Disponível em:

<<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/903.pdf>> Acesso em 12 de setembro de 2011.

KELLER, Jacqueline; GONTIJO, LEILA AMARAL; FERREIRA, Denize Démarche Minatti. **As organizações e os desafios da redução do impacto ambiental. 2009.** Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/772.pdf>> Acesso em 25 de abril de 2011.

LACERDA, Jeanicolau Simone de; PASISHNYK Natalia; LEITE, Joaquim Libânio Ribeiro Ferreira; FREIRE, Marcelo; TOCALINO, Rafaela. **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e Estoque de Carbono da Souza Cruz em 2008. 2009.** Disponível em: <<http://www.keyassociados.com.br>> acesso em 15 de junho de 2011.

LEDESMA, Ana Rusmerg Gimenez; RIBEIRO, Caroline de Carvalho; BRAGANÇA, Henrique Faillace Ranzeiro de. **O Diferencial da Aplicação da Metodologia “The Natural Step” na Promoção do Desenvolvimento Sustentável. 2007.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/monografias/200710311256.pdf>> Acesso em 19 de agosto de 2011.

LIMA, Raquel Araújo. **A Aplicação dos Tratados Internacionais de Proteção Ambiental no Direito Interno Brasileiro. 2009.** Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT05/5.1.pdf>> Acesso em 19 de agosto de 2011.

LINS, Clarissa; ZYLBERSZTAJN, David. **Sustentabilidade e Geração de Valor.** Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/507_aula1_sustentgeracao_valor.pdf> Acesso em 01 de junho de 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª ed. 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.**

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custo. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.**

MELO, Cristiana Malfacin; GOMES, Eduardo Rodrigues. **NBR 16001: A Norma Brasileira de Gestão da Responsabilidade Social.** Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos06/761_NBR_16001_artigo.pdf> Acesso em 01 de outubro de 2011.

MILARÉ, Édis. **Direito do meio ambiente - doutrina, prática, jurisprudência e glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.**

MUNIZ, Natiara Penalva. **Protocolo de Kioto: Uma Abordagem sobre a Contabilização dos Certificados Provenientes do Seqüestro de Carbono/ Natiara Penalva Muniz. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.**

NERY, Géssica. **Protocolo de Kioto. 2005.** Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/26754-26756-1-PB.PDF>> Acesso em 19 de outubro de 2011.

NICOLELLA, Gilberto; MARQUES, João Fernando; SKORUPA, Ladislau Araújo. **Sistema de gestão ambiental: aspectos teóricos e análise de um conjunto de empresas da região de Campinas, SP / Gilberto Nicolella, João Fernandes Marques, Ladislau Araújo Skorupa.-- Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 42 p.-- (Embrapa Meio Ambiente. Documentos,**

39). Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br/download/documentos_39.pdf> Acesso em 23 de agosto de 2011

PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches; GAGNO JUNIOR, Antonio Carlos Aguiar. **A Qualidade Do Disclosure De Estratégia Nos Relatórios Anuais Corporativos De Empresas Brasileiras**. 2010. Disponível em:

<http://www.fucape.br/_admin/upload/prod_cientifica/Sanches%20-%20A%20Qualidade%20Do%20Disclosure.pdf> Acesso em 30 de outubro de 2011.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

PARREIRA, Paulo Henrique Alves. **Material Didático de Contabilidade Avançada**. 2008. Disponível em:

<[http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/12756/material/Apostila%20Contabilidade%20Avan%C3%A7ada-Encarte%20I\(1\).pdf](http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/12756/material/Apostila%20Contabilidade%20Avan%C3%A7ada-Encarte%20I(1).pdf)> Acesso em 12 de setembro de 2011.

PIRES, Ederson. **A Mudança Climática, o Protocolo de quioto e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**. 2006. Dissertação. Disponível em:

<https://www6.univali.br/tede/tde_arquivos/5/TDE-2007-02-22T084728Z-169/Publico/Ederson%20Pires.pdf> Acesso em 16 de junho de 2011.

QUEIROZ, R. L. S.; QUEIROZ, E. S. **A Contabilidade como um Instrumento de Gestão Ambiental Empresarial, e sua Contribuição a Melhoria da Qualidade de Vida Planetária**. Revista Pensar Contábil- CRC/RJ. Rio de Janeiro, ano 3. N° 9, p.78-83, ago/out 2000. *Apud* MACIEL, Carolina Veloso; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; LIBONATI, Jeronymo José. **Contabilidade Ambiental: Um Estudo Exploratório sobre o Conhecimento dos Profissionais de Contabilidade**. Disponível em:

<<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/539.pdf>> Acesso em 01 de junho de 2011.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Maisa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altai. **Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais?** 2008. Disponível em:

<<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v4/Custos%20ambientais%20e%20agronegocio.pdf>> Acesso em 01 de junho de 2011.

Rover, Suliani; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **Divulgação de Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis: Um Estudo Exploratório Sobre o Disclosure das Empresas Brasileiras Pertencentes a Setores de Alto Impacto Ambiental**. Disponível em:

<<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rco/v2n3/04.pdf>> Acesso em 22 de agosto de 2011.

SANTOS, André Ricardo Ponce dos; ROCHA, Alexandre; SANTOS, Ederson Cristiano Aragão dos; SANTOS, Ricardo Gonçalves dos. **Contabilidade Ambiental: Uma Contribuição da Ciência Contábil a Sustentabilidade da Gestão Ambiental**. São Paulo. 2006. Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf> Acesso em 13 de julho de 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo. Entendendo o Meio Ambiente / Coordenador geral [do] Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo Fábio Feldmann. -- São Paulo: SMA, 1997.

SILVA, Benedito Albuquerque da. **Contabilidade e Meio Ambiente: Considerações Teóricas e Práticas sobre o Controle dos Gastos Ambientais.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. 162p.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: Métodos e Técnicas.** Florianópolis: Visual Book, 2007.

SOUZA, Ângela Rozane Leal de. **Evidenciação de Informações Ambientais nos Relatórios Financeiros: Um Estudo Comparativo Entre As Normas Nos Âmbitos Internacional (ISAR/UNCTAD), Norte-Americano e Brasileiro. 2010.** Disponível em: <<http://ceragro.iica.int/Documents/Evidencia%C3%A7%C3%A3o%20de%20informa%C3%A7%C3%B5es%20ambientais%20nos%20relat%C3%B3rios%20financeiros.pdf>> Acesso em 12 de setembro de 2011.

SOUZA, Marcos Antonio de; RÁSIA, Kátia Arpino; JACQUES, Flávia Verônica da Silva. **Evidenciação de Informações Ambientais pelas Empresas Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.** Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc/article/viewFile/18290/12251>> Acesso em 08 de julho de 2011.

SOUZA, Valdiva Rossato de. RIBEIRO, Maisa de Souza. **Aplicação da Contabilidade Ambiental na Indústria Madeireira. 2004.** Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed_35_parte5_pg54a67.pdf> Acesso em 19 de agosto de 2011.

TIBOR, Tom; FELDMAN, Ira. ISO 14000: Um guia para as novas normas de gestão ambiental. Tradução de Bazán Tecnologia e Lingüística Ltda. São Paulo: Futura, 1996.

TRIPOLI, Ricardo; MALTA, Magno; CASAGRANDE, Renato. **Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas – Relatório Final. 2008.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=56862>> acesso em 15 de junho de 2011.